



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA- UFRA**

**KARLLA ZILDA VIEIRA TAVARES  
TAHNITY HAARAD MOURA CHAVES**

**USO DOS RECURSOS NATURAIS E ASSOCIATIVISMO NO PAE ILHA  
SETUBAL, MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS-ARQUIPÉLAGO DO  
MARAJÓ/PARÁ.**

**BELÉM  
2014**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA- UFRA**

**KARLLA ZILDA VIEIRA TAVARES  
TAHNITY HAARAD MOURA CHAVES**

**USO DOS RECURSOS NATURAIS E ASSOCIATIVISMO NO PAE ILHA  
SETUBAL, MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS-ARQUIPÉLAGO DO  
MARAJÓ/PARÁ.**

Monografia apresentada a Coordenadoria do curso de Agronomia e ao Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal Rural da Amazônia para a obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

Área de concentração:  
Extensão Rural

Orientador:  
Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ruth Helena Cristo Almeida

**BELÉM  
2014**

---

Tavares, Karlla Zilda Vieira

Uso dos recursos naturais e associativismo no PAE Ilha Setubal, município de Ponta de Pedras - arquipélago do Marajó/Pará. / Karlla Zilda Vieira Tavares, Tahnity Haarad Moura Chaves. – Belém, 2014.

28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, 2014.

1. Assentamento agroextrativista 2. Recursos Naturais 3. Associativismo – Ponta de Pedras 4. Assentamento agroextrativista - políticas públicas 5. Desenvolvimento local sustentável I. Chaves, Tahnity Haarad Moura II. Título

---

CDD – 369.683098115

---

## **FOLHA DE AVALIAÇÃO**

**Nome das autoras: TAVARES, Karlla Zilda Vieira**

**CHAVES, Tahnity Haarad Moura**

Monografia apresentada a Coordenadoria do curso de Agronomia e ao Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal Rural da Amazônia para a obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

**Orientadora: Prof. Dra. Ruth Helena Cristo Almeida**

**Coorientadora: Msc. Thiara Fernandes e Silva**

Data da aprovação: \_\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Ruth Helena Cristo Almeida- Orientadora  
Universidade Federal Rural da Amazônia

---

Prof. Msc. Luiz Claudio Melo– Examinador Interno  
Universidade Federal Rural da Amazônia

---

Eng<sup>a</sup>. Florestal. Paula Vanessa da Silva e Silva - Examinadora Externa  
Instituto Peabiru/Pará

*A todos os nossos familiares e aos  
povos tradicionais da Amazônia.*

## **AGRADECIMENTOS- Karlla Zilda Vieira Tavares**

Primeiramente, agradeço a Deus por ser essencial na minha vida, assim procuro, através da fé, força e sabedoria, sempre na trilha dos meus objetivos.

Em segundo lugar, preciso destacar meu agradecimento às pessoas das comunidades envolvidas no estudo, sem a contribuição delas esse trabalho não aconteceria. E, sem elas, não haveria o aprendizado, que julgamos ter alcançado.

Agradeço também à minha família, pelo amor incondicional e pela herança genética de bravos lutadores. Principalmente, aos meus pais, Veríssimo Tavares, um homem excepcional, um quilombola de força, que me ensina através da descendência, a guerrear todos os dias e a não fracassar. À Médica caseira Zilda Vieira, por me mostrar o caminho da paciência. Além de cuidar dos seus filhos, sempre com aqueles infinitos remédios caseiros, fortificando até nossas almas. Aos meus irmãos, Paulo Vieira, por ser o meu guia na persistência de estudar, Sueyla Tavares, pelo amor e carinho e Carlos Vieira, irmão amigo (no céu). Ao meu companheiro, Hamilton Assis, que sempre esteve presente, apoiando com seu caráter e conselhos, a luta árdua pra chegar até aqui. Aos meus primos, Silvio e Viviane, pela presença e carinho, aos meus sobrinhos e afilhados, Kalena, Alísson, Pablo, Kauan, Gustavo, Ícaro e Cassiano, por fortificarem minha vida, apenas com um simples sorriso.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ruth Almeida, pela oportunidade e paciência. A minha parceira acadêmica e de TCC, Tahnity Haarad, por lutarmos juntas bravamente, possuindo, o seu companheirismo para a conclusão desse trabalho.

Meus agradecimentos a toda equipe do Instituto Peabiru. Principalmente ao coordenador geral Hermógenes Sá, por ser prestativo e conselheiro nos momentos que mais precisei. À minha coorientadora, chefe Thiara Fernandes, por sempre acreditar e confiar em mim. Ainda orientando sempre minha vida acadêmica e profissional. À Paula Vanessa, pela cumplicidade e confiança. À assistente administrativa, Swellen Barbosa, pela paciência e amizade. À equipe técnica do ATER Marajó, Rosemiro Rodrigues, Ana Rachel, Ediana Tavares, Elveson Ferreira, Gilberto Oliveira e Gilberto Azevedo, por participarem diretamente na elaboração desse trabalho. Aos Ponta Pedrenses, Elaine Gouvêa e Seu Pedro Caroncho, pela hospitalidade, carinhos e cuidados.

Agradeço a ajuda de Tamires Damasceno e Rodolfo Reis do LAGAM, da UFRA.

Finalmente, agradeço a todos que participaram neste trabalho, diretamente e indiretamente, por mais essa conquista, de decisiva importância para o meu futuro profissional.

## **AGRADECIMENTOS- Tahnity Haarad.**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionando o dom da vida e por ter me dado forças espirituais para chegar até chegar aqui com muita persistência, dedicação.

A minha rainha e mãe Francisca Moura, incluo uma gratidão infinita por ter me educado, ensinado os valores morais, respeito e compaixão com o próximo. As minhas irmãs Ariela Rosane e Tahmilys Savanne pela força, amor e confiança . Ao grande amigo Nonato Luz. A minha família Moura e amada de Recife, agradeço por tudo que todos vocês fizeram e fazem até hoje, em especial a minha tia-mãe Rosário Moura (Dainha), a minha linda e guerreira vó Ana Rita, as minhas tias Teresinha e Francinete, primos e prima.

Agradeço a Karlla Tavares, pela parceria acadêmica e de TCC, por todos os momentos para chegar até a finalização deste trabalho, com dedicação mútua, persistência.

A nossa orientadora adorável, Prof.Dra.Ruth Almeida pelas idas e vindas em busca de orientação, rumo, caminho das idéias.

Ao Instituto Peabiru pela oportunidade de conhecer um pouco da realidade do Arquipélago do Marajó e realizarmos este trabalho, em especial a nossa coorientadora Thiara, aos funcionários Rosemiro e Paula pela excelente receptividade na instituição.

Ao INCRA por ter nos recebido muito bem na coleta de dados para nosso trabalho.

A todos meus amigos maravilhosos que contribuíram de diversas formas para que eu chegasse até aqui, encorajando-me para sempre persistir, em especial ao Roberto Cristo, João Oliveira e família, Beto Teles, Rosane, Laísa, Caroline Santos, Ana Karla, Paula, D.Ângela e família, Itamar Paiva, Janaína Teles, Jakeline Viana, Mara Lopes, sou muito feliz pelo amor, carinho e afeto que tenho recebido até hoje. Ao meu namorado Assis Maia. Aos meus “dindos” Aldeídes e Cristalino. Aos meus vizinhos adoráveis e amigos, Zilomar e Josy Pereira ao acesso grátis do wi-fi, para realização dos trabalhos acadêmicos e principalmente do TCC.

A todos meus amigos da UFRA e as sementinhas do Ministério Universidades Renovadas. Ao Fabrício Nilo e Maria Sintia. A toda equipe do LAGAM. A todos os professores que participaram da minha construção profissional. Ao pesquisador Dr.Steel Vasconcelos meu orientador do estágio na EMBRAPA.

A todos que participaram direta ou indiretamente;

Meus agradecimento e gratidão eterna!

## RESUMO

**TAVARES, Karlla Zilda Vieira; CHAVES, Tahnity Haarad Moura.** Uso dos recursos naturais no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha Setubal, município de Ponta de Pedras-Arquipélago do Marajó-Pará, 2014, 86 p. (Trabalho de Conclusão de Curso).

O objetivo geral do presente trabalho é analisar o uso dos recursos naturais existentes no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha Setubal no município de Ponta de Pedras – Marajó/PA. Para isso, buscou-se também, por meio de objetivos específicos, caracterizar as famílias do PAE nos aspectos sociocultural, econômico e ambiental; avaliar a participação das organizações sociais dentro da comunidade e identificar as atividades agroextrativistas e o uso dos recursos naturais existentes no assentamento. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, com análises bibliográficas, aplicação de questionário estruturado em 42 famílias do assentamento, como análise quantitativa, e Diagnóstico Rural Participativo – DRP, utilizando as ferramentas: linha do tempo, mapa de uso dos recursos e a FOFA, como análise qualitativa. Os resultados demonstram que os assentados trabalham com o agroextrativismo de 16 produtos, sendo a coleta do açaí a principal fonte de renda. Ainda verificaram-se os entraves das organizações sociais, que dificultam o acesso às políticas públicas na localidade. Nas considerações pode ser percebido que nos assentamentos, os recursos naturais são extremamente necessários devido ser a base socioeconômica, ambiental e cultural, promovendo a sustentabilidade. Associado a isso, as políticas públicas, que viabilizem propostas que promovam subsídios de interesses coletivos, através de investimentos, informações e orientações, demonstrando a importância dos recursos naturais para possibilitar bem estar às populações rurais locais.

**Palavras-chaves:** Assentamento Agroextrativista, Recursos Naturais, Políticas Públicas, Desenvolvimento local sustentável.

## ABSTRACT

**TAVARES, Karlla Zilda Vieira; CHAVES, Tahnity Haarad Moura.** Use of natural resources in Setubal Island Project Agroextrativista settlement (PAE), municipality of Ponta de Pedras - Marajó Archipelago, **2014, 86 p. (Coursework).**

The overall goal of this work is to analyze the use of existing natural resource in Setubal Island Project Agroextrativista settlement (PAE) in the municipality of Ponta de Pedras - Marajó / PA. For this, we sought also through specific objectives describe families of PAE in the sociocultural aspects, economic and environmental; to evaluate the role of social organizations in the community and identify the agro-extractive activities and the use of natural resources in the settlement. The methodology used was a case study with literature analysis, application of a structured questionnaire in 42 families of the settlement, such as quantitative analysis, and Participatory Rural Diagnostic - DRP using the tools : timeline of resource use map and FOFA as qualitative analysis. The results demonstrate that the settlers work with agroextractivism 16 products, and the collection of açai the main source of income. Although there were barriers of social organizations that hinder access to public policies in the localiza. The considerations that may be perceived in the settlements, natural resources are sorely needed to be due to socioeconomic, environmental and cultural base, promoting sustainability. Associated with this, public policies, which facilitates proposal that promotes benefits of collective interests through investments, information and guidance, demonstrating the importance of natural resources to allow welfare to local rural populations.

**Keywords:** Agroextractivist Settlement, Natural Resources, Public Policy, Sustainable local development.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASTRAIS - Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agroextrativista da comunidade de Setubal.

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

CO2 - Gás Carbônico.

COSANPA - Companhia de Saneamento do Pará.

DRP - Diagnóstico Rural Participativo.

FOFA - Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ONGs - Organizações Não Governamentais.

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SAI/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais do Sus.

SEPOF - Secretaria de Estado e Planejamento, Orçamento e Finanças.

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária.

SUS- Sistema Único de Saúde.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Município de Ponta de Pedras/Arquipélago do Marajó.....	22
Tabela 1: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras temporária-2007/2009.....	23
Tabela 2: Área colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras permanentes-1997/2000.....	24
Tabela 3: Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal 2007-2009.....	24
Figura 2: Mapa da área do PAE Ilha Setubal.....	26
Figura 3: Distribuição dos membros das famílias, pelo sexo.....	31
Figura 4: Distribuição dos membros das famílias, pela faixa etária.....	31
Figura 5: Distribuição das famílias, pela forma com que adquiriram suas moradias.....	32
Figura 6: Distribuição das famílias, pelas que possuem ou não possuem energia elétrica.....	32
Figura 7: Distribuição das famílias, pelas características da fonte de energia elétrica.....	32
Figura 8: Porcentagem do N° de famílias que utilizam tipos de banheiro em sua propriedade.....	33
Figura 9: Porcentagem do N° de famílias que possuem outras fontes de renda.....	34
Tabela 4 : FOFA de organização social.....	37
Figura 10: Distribuição dos membros das famílias, pelas políticas públicas de que são beneficiários.....	38
Figura 11: Distribuição das famílias que recebem Bolsa Família, pela quantidade de membros que possuem.....	38
Figura 12: Distribuição dos membros das famílias, pelos que possuem ou não possuem o cartão do SUS.....	38
Figura 13: Distribuição dos membros das famílias, pelos locais em que são atendidos pelo serviço público de saúde.....	39
Figura 14: Distribuição dos membros das famílias, pelos locais fora do assentamento em que são atendidos pelo serviço público de saúde.....	39
Figura 15: Distribuição dos membros das famílias pelos que estudam ou não estudam.....	39
Figura 16: Distribuição dos membros das famílias, pelo nível de escolaridade.....	40
Figura 17: Distribuição dos membros das famílias, pelos tipos de transporte que utilizam.....	40
Tabela 5: Acesso ao crédito das famílias do PAE Setubal.....	41

Figura 18: Distribuição dos membros das famílias com 18 anos ou mais de idade, pela participação em organizações sociais.....	42
Figura 19 : Distribuição dos membros das famílias com 18 anos ou mais de idade que participam de organizações sociais, pelo sexo.....	42
Figura 20 : Distribuição dos membros das famílias com 18 anos ou mais de idade que participam de organizações sociais, pela condição de titular, seus cônjuges e filhos.....	42
Figura 21: Distribuição dos membros das famílias com 18 anos ou mais de idade, pelo tipo de organização social em que participam.....	43
Figura 22 : Distribuição dos membros das famílias pelos outros tipos de organizações sociais em que participam.....	43
Figura 23: Mapa do Uso dos recursos naturais.....	44
Figura 24: Áreas de coleta de açaí nos quintais das casas.....	45
Figura 25: Exemplo de pequenos animais nos quintais das casas.....	45
Figura 26 : Tipos de embarcações utilizadas para pesca.....	46
Figura 27: Matapís utilizados para pesca do camarão .....	46
Tabela 6: Distribuição das famílias, pelos produtos com os quais elas trabalham.....	47
Figura 28: Porcentagem de famílias que exercem atividades agrícolas e/ou extrativistas.....	48
Figura 29: Porcentagem do número de famílias que consomem ou não produtos Agroextrativistas.....	49
Figura 30: Total da produção dos recursos naturais consumidos e comercializados pelas famílias durante o ano.....	50
Figura 31: Formas de comercialização dos produtos Agroextrativistas em (%) do número de famílias.....	51
Figura 32: Linha do tempo do uso dos recursos naturais.....	52
Tabela 7: Análises através da FOFA.....	53

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	16
2.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, DO PODER PÚBLICO E DA INICIATIVA PRIVADA.....	16
2.2. USO DOS RECURSOS NATURAIS.....	19
<b>2.1.1. Sobre os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) e o Uso dos recursos naturais</b> .....	<b>21</b>
<b>3. MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	<b>22</b>
3.1. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	22
<b>3.1.1. Município de Ponta de Pedras- Arquipélago do Marajó/Pará</b> .....	<b>22</b>
<b>3.1.2. Contextualização dos Projetos de Assentamentos Agroextrativista do Arquipélago do Marajó</b> .....	<b>24</b>
<b>3.1.3. Assentamento Agroextrativista Estudado</b> .....	<b>25</b>
<b>3.1.4. Características físico e edafoclimático da Ilha Setubal segundo o relatório do INCRA (2010)</b> .....	<b>27</b>
3.2. METODOLOGIA.....	28
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>31</b>
4.1. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS, AMBIENTAIS E CULTURAIS DO PAE SETUBAL.....	31
<b>4.1.1. Informações gerais das famílias do Assentamento</b> .....	<b>31</b>
<b>4.1.2. Moradia</b> .....	<b>32</b>
<b>4.1.3. Energia</b> .....	<b>32</b>
<b>4.1.4. Saneamento Básico e Recursos Hídricos</b> .....	<b>33</b>
<b>4.1.6. Fontes de Renda Não Agrícola</b> .....	<b>34</b>
4.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DO PAE SETUBAL.....	35
<b>4.2.1. Situação atual da organização social</b> .....	<b>35</b>
<b>4.2.2. Ações públicas, e o acesso a Políticas Públicas no PAE</b> .....	<b>37</b>
<b>4.2.3. Acesso a crédito</b> .....	<b>41</b>
<b>4.2.4. Participação em Organização Social</b> .....	<b>41</b>
4.3. ATIVIDADES AGROEXTRATIVISTAS E USO DOS RECURSOS NATURAIS NO PAE SETUBAL.....	44
<b>4.3.1. Mapa de Uso dos Recursos Naturais na Ilha Setubal</b> .....	<b>44</b>

4.3.2.	Atividades agroextrativistas.....	46
4.3.3.	Consumo dos produtos agroextrativistas.....	48
4.3.4.	Produção e comercialização dos produtos.....	49
4.3.5.	Linha do tempo.....	52
4.3.6.	Comercialização dos produtos e Identificação de Oportunidades e ameaças .....	53
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
6.	REFERÊNCIAS.....	57
7.	ANEXO.....	61

## 1. INTRODUÇÃO

A Amazônia, com sua vasta diversidade, pelas riquezas dos seus recursos naturais, saberes tradicionais, entre outros aspectos, é alvo de grande interesse econômico. E nas últimas décadas surgiram preocupações internacionais, para a preservação e conservação do meio ambiente. A importância de discutir assuntos que minimizassem esses problemas, fez com que muitos pensadores e organizações sociais internacionais e nacionais se organizassem e apresentassem propostas de acordos para diminuir as agressões ao meio ambiente.

Segundo Albagli (1992), a biodiversidade dá condições à humanidade adaptar-se às mudanças nos meios físico e social e dispor de recursos que atendam as suas novas demandas e necessidades. De acordo dos eventos históricos, as áreas de aproveitamento de recursos naturais são utilizadas para várias finalidades, com destaque para a alimentação, a agricultura e a medicina.

Com o avanço das fronteiras agrícolas, nas últimas décadas, e os impactos das agressões ambientais cometidos sobre as florestas, os recursos naturais vêm diminuindo gradativamente. E as preocupações acerca desta diminuição faz com que a sociedade envolva seu pensamento para as atividades ambientais no que desrespeita os impactos no meio ambiente.

Devido a estas potencialidades biológicas que a Amazônia brasileira é detentora, muitas empresas em busca de vantagens financeiras como madeireiras e mineradoras. Inseriram-se na região para explorar os recursos naturais, causando impactos nocivos nos processos culturais dos povos tradicionais existentes na floresta e na diversidade ambiental.

Os povos tradicionais sempre fizeram uso da terra de maneira equilibrada, no entanto, em diferentes regiões a pressão comercial passou a prejudicar povos e florestas. Compreende-se que a manutenção do cotidiano de vida dessas populações no seu ambiente natural contribui de modo positivo para a conservação ambiental.

Para Arruda (1999), as comunidades tradicionais são aquelas que ocupam um espaço e utilizam os recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, possuindo baixa articulação comercial, fundamentado no uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto e conhecimentos tradicionais, normalmente, de base sustentável.

Na Amazônia existe um antagonismo que permeia a história na região, desde o período colonial que, de modo geral, tem provocado grandes conflitos relacionados à posse e uso da terra, ocasionando mortes no meio rural, grilagem de terras, trabalho escravo (infantil, mulheres, homens), agressões físicas e biológicas nas florestas.

Esse antagonismo de desenvolvimento, segundo Silva e Almeida (2009), está dividido em duas etapas, sendo que a primeira é de caráter exógeno, herdada pelos europeus no Século XX, quando os moldes capitalistas investiram em utilizar os recursos naturais somente visando à perspectiva econômica, pensado no pressuposto de desenvolvimento da região. No segundo, de caráter endógeno, é protegida por populações tradicionais, compreendendo a forma de utilização dos recursos naturais visando garantir sua representação econômica, social, ambiental, cultural e territorial para sua geração futura.

Com isso, houve a necessidade de construir uma “nova” estratégia de reforma agrária no Brasil, que fosse realizada ampla e massivamente, respeitando cada região e bioma existente. Conclui-se, como cita Almeida e Silva (2009), que era imprescindível estabelecer uma política pública voltada a promover a superação histórica da pobreza que adequasse de modo justo e adaptado às terras públicas para as populações tradicionais nos âmbitos social, ambiental, assim como ao combate à grilagem na região Amazônica.

Com isso, foram criados os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Patrimônio de União (SPU), vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), juntamente com os ribeirinhos com o intuito de promover o uso adequado das terras e dos recursos naturais existentes.

Neste contexto, o estudo de caso desenvolvido nesse trabalho aborda questões do uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais no Projeto Assentamento Agroextrativista (PAE) na Ilha Setubal, no município de Ponta de Pedras, Marajó-PA.

Com objetivo geral de analisar o uso dos recursos naturais existentes na Ilha Setubal no município de Ponta de Pedras, Marajó-Pa, baseado nas dimensões sociocultural, ambiental e político institucional da sustentabilidade. E objetivos específicos de caracterizar as famílias do PAE nos aspectos sociocultural, econômico, ambiental; avaliar a participação das organizações sociais presentes na comunidade; identificar as atividades agroextrativistas e o uso dos recursos naturais dentro do assentamento, como forma de promover o desenvolvimento local sustentável. Embasado em análises documentais, quantitativos com aplicação de questionários estruturados, e qualitativos com a utilização de ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

Este trabalho irá abordar as temáticas em três seções. Sendo respectivamente: As Características Socioeconômicas, Ambientais e Culturais; A participação em Organização Social e as Políticas Públicas; e as Atividades Agroextrativistas e o uso dos Recursos Naturais no PAE Setubal.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, DO PODER PÚBLICO E DA INICIATIVA PRIVADA.

As literaturas científicas que deram suporte a esta pesquisa estão embasadas em autores que discutem os conceitos de desenvolvimento local através da participação dos atores sociais, com dinamismo para promover o seu próprio desenvolvimento, no processo de transformação social, econômico, ambiental e cultural.

Segundo Wanderley (2000), a discussão sobre desenvolvimento local vem acontecendo nas universidades, em movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas regidas à agricultura e ao meio rural.

Confirmando o que Wanderley (2000) ressalta, Salgado (2012) vem complementar que:

“Atualmente a discussão a respeito de desenvolvimento é bastante popularizada em vários contextos, no entanto, é válido ressaltar que a questão ambiental relacionada ao desenvolvimento é a que possui maior destaque, por ser considerada a de maior importância para a manutenção da vida terrestre. Essa discussão a respeito desse tema possui interações a nível mundial que se consolida seja através da propagação pelos principais meios de comunicação de temas relacionados à problemática ambiental, assim como passa a ser melhor trabalhada no ensino fundamental, médio e superior”. (SALGADO, 2012, p. 3).

Assim como, segundo Corrêa; Fritzke; Fenili (2013), o conceito de desenvolvimento local possuiu uma grande intensidade a partir dos anos 90, sendo fundamental a necessidade de se explorar estratégias para empreender as iniciativas, considerando as particularidades e as características de cada localidade. Essa teoria se implantou devido o esgotamento de modelos tradicionais de desenvolvimento fundado no Estado nacional como principal agente promotor, dando espaço ao território como indutor do desenvolvimento.

Dessa maneira, para Milane (2003), o conhecimento e a prática de projetos de desenvolvimento local passam por profunda transformação, a partir de 1990. O universalismo do desenvolvimento é seriamente questionado, sobretudo nas grandes capitais dos países ocidentais, tendo grande problemática para a inserção de esforços teóricos para legitimar o desenvolvimento econômico independentemente de suas dimensões sociais e culturais.

Vários autores definem o conceito de desenvolvimento local, Fagundes e Zorzella (2012, p. 4) descrevem: “O conceito de local compreende a constituição do tecido social em que permeiam as relações entre os atores”.

Fagundes e Zorzella (2005 apud FIÚZA, 2012, p. 4):

“O local passa a ser considerado, então, como uma forma social que constitui um nível de integração das ações e atores, dos grupos e das trocas. Essa forma é caracterizada pela relação privilegiada com um lugar, que varia em sua intensidade e em seu conteúdo” (FAGUNDES E ZORZELLA, 2005 apud FIÚZA, 2012, p. 4).

Ressalta também Fragoso (2005), que o desenvolvimento local é a possibilidade das populações possuírem e expressarem uma idéia de um território visto de forma aberta e flexível, possibilitando ações que podem ajudar à (re) construção desse futuro, promovendo a melhoria da qualidade de vida, aumentando a autoconfiança e organização.

“Desenvolvimento local é um processo endógeno<sup>1</sup>, registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais” (BUARQUE, 1999, p. 9).

Buarque (1996 apud Castels e Borja, 1999), enfatiza que para garantir o sucesso de desenvolvimento local (endógeno) é necessário possuir um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, possuindo tendência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Não obstante, para obter o resultado é indispensável que haja uma vontade conjunta da sociedade local para viabilizar políticas, iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade. Mesmo quando decisões externas – de ordem política ou econômica – tenham um papel decisivo na reestruturação socioeconômica do município ou localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo.

Para ocorrer o desenvolvimento local de um espaço ou território, é necessário a integração e o envolvimento dos atores locais, como líderes, na elaboração de propostas, projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva de uma comunidade ou um grupo de pessoas que fazem parte deste território/local. Para Corrêa; Fritzke; Fenili (2013), os atores locais de um mesmo espaço geográfico são instrumentos que conseguem possibilitar para o território uma diminuição da desigualdade social. Assim, é

---

<sup>1</sup> Enfatiza a mobilização de recursos latentes na região, privilegia o esforço de dentro para fora, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável.

ênfatisada a questão local, propondo um modelo de desenvolvimento estruturado pelos próprios atores, a partir de uma metodologia construída de baixo pra cima.

Colaborando com isso Buarque (1999a) ressalta que os atores locais se diferenciam na sociedade devido a formação de conjuntos, que possui homogeneidade na identificação da posição econômica e sociocultural, devido possuir as mesmas práticas coletivas, criando identidades e espaços de influência dos seus interesses e suas visões de mundo. “Os atores sociais organizam-se e manifestam-se por intermédio de entidades, organizações, associações, lobbies e grupos de pressão política” (BUARQUE, 1999, p. 27).

No entanto para Oliveira et al. (2006 apud Buarque, 2012, p. 18), os atores sociais, para chegarem ao desenvolvimento local, precisam possuir o domínio do conhecimento e da informação, a capacidade de inovar e responder aos desafios da atualidade. Devido à mudança na intensidade e na velocidade, o desenvolvimento local passa constantemente por transformações globais, com isso, a necessidade de atores sociais em compreender e responder a estas de forma apropriada, com suas próprias forças, num processo permanente de aprendizagem.

Buarque (1999b) diferencia os atores locais conforme o corte temático ou espacial, sendo divididos em três conjuntos.

“Corporativos – expressos em diferentes organizações (sindicatos, federações e associações profissionais e empresariais) que apresentam solidariedade temática e perseguem interesses reivindicativos (disputa pela riqueza social).

Comunitários – expressos em associações comunitárias que tendem a ter uma solidariedade territorial e interesses reivindicativos em torno de infraestrutura social (disputa pelos excedentes econômicos).

Temáticos – expressos em movimentos sociais que representam visões do mundo e propostas acima dos interesses de grupos sociais e territoriais (meio ambiente, direitos civis, mulheres, etc.), constituindo-se influenciadores de políticas e iniciativas governamentais nas áreas de interesse específico” (BUARQUE, 1999, p. 28).

Através das problemáticas desenvolvidas pela política neoliberalista, surge a necessidade de desenvolver políticas que buscam não apenas o crescimento econômico, que não respeita o meio ambiente, mas o equilíbrio entre a dimensão econômica e as questões ambientais e sociais.

Segundo Mota (2006) na maior parte do século XX, as organizações empresariais realizavam atividades com uma perspectiva econômica, buscando a maximização de seus lucros e a consequente minimização de seus custos. Sendo ignorados os impactos diretos e indiretos ocasionados no meio ambiente e na sociedade, possuindo uma justificativa de que

este era um preço aceitável a pagar pelo incremento da qualidade de vida, do consumo e do crescimento econômico.

No entanto, a partir dos anos 1970, surgiram vários movimentos que questionavam o modelo neoliberal. Foram motivados pela constatação de que o planeta sofria impactos ambientais indesejados e preocupantes que, a curto e médio prazo, poderiam esgotar os recursos disponíveis e prejudicar a sociedade como um todo.

## 2.2. USO DOS RECURSOS NATURAIS

O homem vive a partir do uso dos recursos naturais desde o início de sua existência na terra, seja como caçador, coletor, plantador e explorador. O desenvolvimento econômico da sociedade global, principalmente, a capitalista de consumo, pressiona a regeneração dos recursos naturais por conta de sua exploração indiscriminada.

Para Buarque (1999):

“O crescimento das atividades econômicas e da população, nos níveis e padrões de consumo atuais, tendem a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando, no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população. Parte dos recursos naturais não é renovável e se esgota com a exploração econômica” (BUARQUE, 1999, p.30).

Complementando essa idéia, Santana (2012) ressalta que a relação entre as pessoas e o seu meio vem ocasionando, através da história, vários prejuízos para os recursos naturais que conduzem a questionamentos de como seguirá o caminho da humanidade e da evolução econômica. Assim, a possibilidade de transformar a natureza e prejudicar a vida na terra, de forma irreversível, fez com que grupos sociais começassem a discutir regras de uso dos recursos e acordos globais, como por exemplo, sobre a emissão de CO<sub>2</sub>.

Dentre os períodos históricos que envolvem temas relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento, no qual a humanidade encara a sua participação direta na mudança do planeta, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro/Brasil em junho de 1992 foi o marco importante para que a comunidade política internacional assumisse a necessidade de harmonizar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos naturais. “Após essa reunião, sucederam-se várias outras sobre os direitos a uma alimentação adequada, boas condições de moradia, água potável” (ALMEIDA, 2013, p. 49).

Esta abordagem durante o evento surgiu do pressuposto de que, se todas as pessoas obtivessem o mesmo padrão de vida que os países desenvolvidos, haveria um momento em

que não existiriam recursos naturais suficientes que atendessem a demanda de consumo, ou seja, o mundo sofreria com graves efeitos, até irreversíveis ao meio ambiente.

Para Hardin (1968), o uso comum dos recursos naturais como atmosfera, rios, oceanos, parques, estariam submetidos à escassez, por falta de regras ao livre acesso destes recursos, possibilitando futuramente uma tragédia dos comuns. Durante as décadas de 1970 e 1980, a Amazônia vivenciou esta “tragédia”. Neste período os recursos naturais foram vistos como “bens livres”, no qual qualquer pessoa, órgão, empresa, entidade poderiam utilizar os recursos livremente, sem a preocupação de que os mesmos não são inesgotáveis. As questões relacionadas aos recursos naturais tomaram dimensões e debates internacional e nacional, voltados principalmente para a utilização destes bens na Amazônia.

Embora Hardin (1968) tenha contribuído muito para levantar a questão sobre a preocupação do uso dos recursos, e que estes se tornassem bens públicos e a regularização de leis estivessem incumbidas às instituições geridas pelo Estado, para Castellanet et al (2000,p. 57) “A indivisibilidade física dos efeitos de uma boa ou má gestão dos recursos naturais sugere a necessidade de formas coletivas da gestão”, ou seja, a forma em que os diversos atores sociais estão disponíveis a desenvolver a capacidade de organizar ações que minimizem os diferentes aspectos na gestão dos recursos naturais.

A grande preocupação da sociedade global é sobre como estão sendo utilizados esses recursos naturais, tanto os recursos renováveis quanto os não renováveis. Sendo que, estes últimos, são os de maior preocupação, pois uma vez retirados do meio ambiente, não podem ser repostos pelo homem. Daí a necessidade de sempre estar buscando alternativas que possam ser substituídas de forma sustentável.

Pandolfo (1994, pg.39) descreve que: “A Amazônia brasileira detém um vasto potencial de recursos naturais que se destaca na exuberância da paisagem regional”. Atualmente, no cenário Amazônico, é observado que os recursos naturais geradores de riqueza como minério, madeira e, agora, clima e solo (caso do dendê, soja e de outras commodities) influenciam na expulsão do campo de, comunidades tradicionais e de pequenos produtores rurais e, com isso, são dizimadas muitas formas de cultura local, e o surgimento de novos atores sociais na Amazônia.

Essa velha e nova dinâmica de interação do homem com o ambiente possibilitou o uso intensivo exploratório, indiscriminado, devastador dos recursos naturais em todo o território brasileiro, principalmente na Amazônia.

### **2.2.1. Sobre os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) e o Uso dos recursos naturais.**

“Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto 6.040 de fevereiro de 2007).

Os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), foram criados através da Portaria do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), N° 268 de 23 de outubro de 1996, que tem por finalidade envolver pessoas assentadas que obtiveram o título de concessão de uso da terra.

Considerando Nogueira e Fleischer (2005, p.129), o termo “agroextrativismo” surgiu das lutas pelos direitos dos extrativistas na década de 1970, principalmente dos seringueiros, e o acesso aos recursos florestais, que estavam sob ameaça do avanço da fronteira agropecuária. No passado, o foco estava baseado na prática da coleta de produtos naturais oriundos da floresta, principalmente os não madeireiros com a finalidade para a utilização alimentar, comercial e medicinal. Pouco a pouco, esta idéia foi tomando dimensões de uma concepção mais ampla do extrativismo com a utilização de um sistema de produção familiar e de criação de pequenos animais na propriedade.

O termo “agroextrativismo”, para Nogueira e Fleischer (2005):

“O agroextrativismo poderia, assim, ser definido como uma modalidade de agricultura familiar e, no extremo, todas as unidades de agricultura familiar contam com uma parcela maior ou menor de extrativismo na composição da produção. Por essa razão, descrever, mesmo que genericamente, uma unidade de produção agroextrativista, em termos da participação percentual do extrativismo e de quais as espécies nativas utilizadas e produtos gerados, é uma tarefa bastante difícil, dada a incrível variedade de combinações possíveis. Os fatores que determinam essa variabilidade vão desde a distribuição das espécies até a tradição e conhecimento sobre a coleta e uso(s) dos recursos nativos e cultivados, o histórico de ocupação de cada região, o mercado, entre outros” (NOGUEIRA E FLEISCHER, 2005, p.129).

Para Corrêa e Pinheiro (2010, p.4), “Os PAEs surgem como uma política pública voltada a promover a superação do padrão histórico de pobreza que há muito permeia o cotidiano dos ribeirinhos”.

A possibilidade de regularização das terras ribeirinhas e o manejo adequado dos recursos naturais renováveis e não renováveis existente, são aspectos importantes dos objetivos dos PAEs, já que uma das vertentes do surgimento desta modalidade de

assentamento agroextrativista é fazer com que os ribeirinhos utilizem os recursos naturais de forma sustentável para promover o desenvolvimento local, garantir uma melhoria na qualidade de vida e na segurança alimentar na comunidade.

Como relatam os seguintes autores:

“Os assentamentos agroextrativistas são modalidades de assentamentos destinados às populações tradicionais para o desenvolvimento da agricultura associada à exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, visando não somente o uso sadio dos recursos naturais, mas também a sustentabilidade social das famílias inseridas nessa modalidade de assentamento” (SANTANA; CARVALHO e GOMES, 2012, p.2).

Os PAEs são núcleos de uso individual e coletivo das áreas assentadas que utilizam os recursos naturais locais de forma sustentável.

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

##### 3.1.1. Município de Ponta de Pedras- Arquipélago do Marajó/Pará.

O Município de Pontas de Pedras, como observa-se na Figura 1, pertence à mesorregião Marajó e à microrregião Arari, compõe juntamente com outros 15 municípios, o Arquipélago do Marajó. Possui uma área de 3.365,148 km<sup>2</sup>. Segundo o IBGE (2010), o município constitui-se de 25.999 habitantes. Sendo, 48% a população urbana e 52% a população rural. A sede do município está localizada nas seguintes coordenadas geográficas: 1° 23' 26" latitude Sul e 48° 52' 13" longitude do Oeste de Greenwich. Possuindo um limite com os municípios de Barcarena, Abaetetuba e Cachoeira do Arari.

Figura 1: Mapa do Município de Ponta de Pedras/Arquipélago do Marajó



Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/266G>

Como relata o IBGE (2010), o município de Ponta de Pedras após a nova divisão da Província do Pará em termos de comarca no ano de 1833 teve o seu território anexado ao município de Cachoeira. Sendo que a partir de 1877, desmembrou-se para ser construído em vila município. Até nos dias atuais a origem do município de Ponta de Pedras é precisamente desconhecida.

Segundo os dados do IBGE (2010), o município de Ponta de Pedras faz limites ao Norte, com Santa Cruz do Arari e Cachoeira do Arari, ao Leste com a Baía do Marajó e Cachoeira do Arari, ao Sul com o Rio Pará e Muaná e ao Oeste com Anajás e Muaná possuindo como principais solos hidromórficos gleyzados, aluviais, hidromórficos indiscriminados e plintossolo em associações. Com a cobertura vegetal dominante de campos cerrados, seguidos da floresta densa aluvial ao longo das margens dos rios com grande incidência de palmeiras. O principal rio é o rio Arari que serve de limite natural entre Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari e tem apenas seus afluentes da margem direita situando-se no município. O clima características inerentes do equatorial úmido, a temperatura média em torno de 27 °C, mínima superior a 18 °C e máxima de 36 °C, umidade elevada e alta pluviosidade nos seis primeiros meses do ano (inverno amazônico).

Através dos dados levantados pela Secretaria de Estado e Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), através da estatística municipal de Ponta de Pedras, no município existem apenas 2 postos de saúde cadastrados no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistemas de Informações Ambulatórios do Sus (SIA/SUS) .

Segundo dados do IBGE (2011), no município são realizadas atividades com lavouras temporárias e permanentes. Na Tabela 1 mostra os principais produtos de lavoura temporária colhidos nos anos de 2007-2009, e sua respectiva área colhida (hectare), quantidade produzida (tonelada) e valor da produção (mil reais). Os principais produtos colhidos são arroz (em casca), feijão (em grão), mandioca e milho (em grão).

Tabela 1: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras temporária-2007/2009.

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant.Produzida (tonelada)			Valor (mil reais)		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Arroz (em casca)	10	6	6	5	3	3	2	2	2
Feijão (grão)	100	140	140	50	70	70	50	126	125
Mandioca	25	25	25	250	250	250	25	30	35
Milho (em grão)	10	13	13	15	13	13	6	5	5

Fonte: Adaptado do IBGE/PAM (2011)

Elaboração: Idesp/Sepof

Na Tabela 2 são mostrados os principais produtos de lavoura permanente nos anos de 1997/2000, e suas respectivas áreas colhidas (hectare), quantidade produzida (mil frutos), com exceção da banana, que são mil cachos e valor da produção (mil reais). Os principais produtos colhidos são banana, do coco-da-baía, da laranja e do limão.

Tabela 2: Área colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras permanentes-1997/2000.

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (mil frutos)				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Banana <sup>1</sup>	10	27	27	25	27	73	676	62	40	73	67	62
Coco-da-Baia	300	300	300	120	2.100	2.100	1.800	720	420	630	540	216
Laranja	2	4	4	4	36	40	40	65	0	1	1	2
Limão	-	3	6	6	-	65	20	120	-	0	0	1

Fonte: Adaptado do IBGE/PAM (2011)

Elaboração: Idesp/Sepof

(1)- Quantidade em mil cachos

Na Tabela 3 são mostrados os principais produtos alimentícios produzidos no município, que são o açaí (fruto) e o palmito. E os madeireiros são carvão vegetal, lenha (m<sup>3</sup>) e madeira em tora (m<sup>3</sup>).

Tabela 3: Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal 2007-2009.

Produtos	Quantidade Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
<b>ALIMENTÍCIOS</b>						
Açaí (fruto)	14.167	11.997	10.797	12.184	9.598	10.257
Palmito	6	8	6	6	8	7
<b>MADEIRAS</b>						
Carvão Vegetal	29	26	31	22	21	31
Lenha (m <sup>3</sup> )	21.000	18.636	19.050	231	186	210
Madeira em Tora (m <sup>3</sup> )	6.000	5.769	4.110	270	213	206

Fonte: Adaptado do IBGE (2011)

Elaboração: Idesp

### 3.1.2. Contextualização dos Projetos de Assentamentos Agroextrativista do Arquipélago do Marajó.

Com a criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), o público beneficiário passou a ter a possibilidade de uso dos recursos naturais de modo extrativo mais planejado do que antes. A diversidade do sistema ecológico favorece o desenvolvimento de atividades agroextrativistas, portanto, não inviabilizando o uso das populações que a ocupam visando criar alternativas econômicas auto-sustentáveis. (Relatório Analítico do Território do Marajó, 2012, p. 07).

Iniciou-se a Criação do PAE, no território do Marajó, a partir de 2006, através do INCRA/SR (01) / Belém-PA. Sendo criados 35 PAE, em ilhas localizadas em 08 (oito municípios): Portel, São Sebastião da Boa Vista, Cachoeira do Ararí, Ponta de Pedras, Muaná, Gurupá, Melgaço e Currealinho, com um total de 138.931,272 hectares e capacidade para atender 2.653 famílias tradicionais, sendo que 2.363 famílias constam da Relação de Beneficiários do INCRA, foram criados por meio do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA, cuja melhoria da qualidade de vida é assegurada através de créditos da Reforma Agrária.

Atualmente, através dos dados do INCRA (2014), são 142 PAE, em ilhas localizadas em 14 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Ararí, Chaves, Currealinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, São Sebastião de Boa Vista, Soure.

O Projeto de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Marajó, embasado para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é desenvolvido pelo Instituto Peabiru, que é uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuante principalmente na Amazônia oriental, vem desenvolvendo trabalhos que buscam fortalecer organizações sociais, para que as populações extrativistas e agricultores familiares sejam atores principais da sua própria realidade. A atividade iniciou através da seleção do Projeto, na Chamada Pública do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atuando em 5 assentamentos nos municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí, no total de 869 famílias assistidas. A atividade será desenvolvida durante 30 meses na realização de diagnósticos socioeconômicos, elaboração participativa de planos de organização social, desenvolvimento de atividades produtivas e comercialização da produção local.

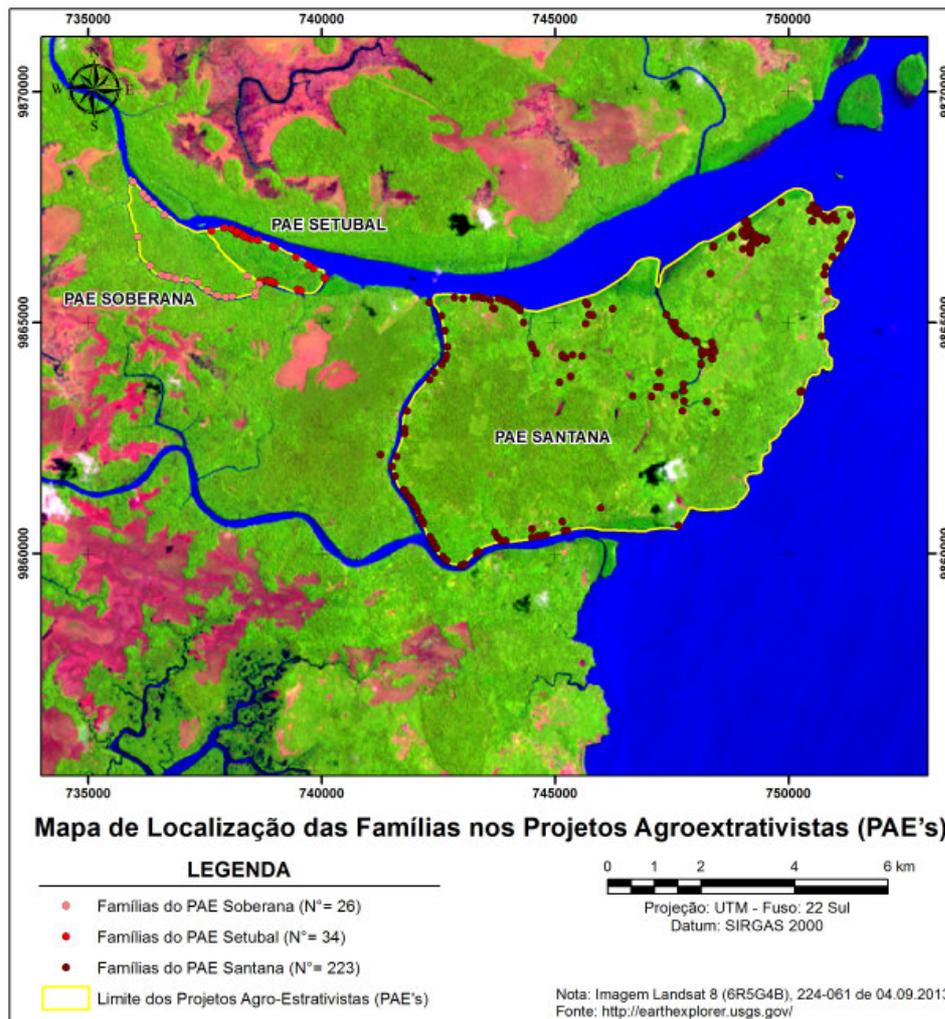
### **3.1.3. Assentamento Agroextrativista Estudado.**

O PAE Ilha Setubal localiza-se no município de Ponta de Pedras-PA, na Mesorregião do Marajó e Microrregião Geográfica Ararí- que é composta pelos municípios de Cachoeira do Ararí, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Ararí e Soure. O acesso ao assentamento é somente via fluvial, sendo utilizados vários tipos de embarcações, como: Barcos, Rabetas, “Popopô”<sup>2</sup>, entre outros.

---

<sup>2</sup> São pequenos barcos a motor.

Figura 2: Mapa da área do PAE Ilha Setubal



Fonte: Instituto Peabiru (2014)

Segundo o INCRA (2010), a ocupação da área, iniciou-se pelos ancestrais dos moradores atuais. Os que residem na ilha geralmente possui parentesco com os habitantes antigos. Ainda, na área alguns residentes vieram de regiões próximas ou até distante.

Em 1956 chegou o primeiro habitante da área, Sr. Estevão, na época foi denominada de Ilha Inocência Bentes, o qual vendeu parte do terreno para o Sr. Manezinho. Os descendentes das duas famílias foram formando novas famílias. Na década de 1970 já existam quatro famílias. Segundo os relatos, neste período, o camarão e o peixe eram abundantes. A atividade de pesca era a principal fonte de renda. O extrativismo de açaí era realizado somente para garantir a segurança alimentar das famílias.

No início da década de 1980 surgiram os primeiros marreteiros no local, os quais utilizavam embarcações a vela. Foi neste período que se iniciou a coleta do açaí para comercialização. Foi destacado ainda, que no final desta década surgiram às primeiras

embarcações a motor, que eram utilizadas tanto para o tráfego de pessoas e produtos para comercialização.

Em 1990, migraram famílias de outras comunidades para o local. Em relação ao assentamento, foi destacado que a partir de 2007, quando iniciaram as primeiras discussões reuniões para a criação do PAE Setubal, aumentou o número de famílias que migraram para ilha, na intenção de se beneficiarem com a política de reforma agrária. Em maio de 2009, citada a criação da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agroextrativista da Comunidade de Setubal (ASTRAIS). Em 2011, foi construída a sede da associação.

#### **3.1.4. Características físico e edafoclimático da Ilha Setubal segundo o relatório do INCRA (2010).**

- Solo

Os tipos de solos presentes na ilha são os Neossolos (areia quartzosas hidromórficas, aluviais), Gleissolos Eutróficos e Ditróficos e Latossolo Amarelo Distrófico textura média e argilosa, apresentam relevo predominantemente plano. São mal drenados, pouco profundos e de textura argilosa dominante.

- Clima

O clima do assentamento possui temperatura média em torno de 27 °C, umidade elevada e alta pluviosidade nos seus primeiros meses do ano, enquanto nos últimos seis meses são registrados as temperaturas mais elevadas e baixa pluviosidade.

- Recursos hídricos

A área apresenta várzeas altas, que inundam em determinados períodos, em grandes marés e várzeas baixas, que inundam diariamente com o regime de cheia das marés. A Ilha é banhada pelo Rio Ararí, Furo do Ipauçu e Furo do Pongo havendo nascentes e igarapés de menos volume de água no interior da área.

- Agricultura e extrativismo vegetal

No assentamento, a agricultura realizada é de subsistência, são cultivadas variedades de ciclo curto e culturas perenes, principalmente, frutíferas. A área usada para agricultura são as

de várzea alta, além disso, o extrativismo vegetal é praticado, principalmente a extração do açai.

### 3.2. METODOLOGIA

Na realização desse trabalho foi utilizado como metodologia o estudo de caso. Pois, “supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno, adequadamente, a partir da exploração intensa de um único caso, não de um indivíduo, mas de um organismo ou comunidade” (FERNANDES, 2011). “Estudar a localidade é, então, estudar o universo das práticas sociais localizadas” (VEIGA; ABALADEJO, 2001 APUD FERNANDES, 2011).

Araujo (2008), explica que o estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. Para Araujo et al. (1994 apud Yin 2008) afirma que o estudo de caso, se adapta quando o pesquisador procura encontrar interações entre fatores relevantes próprios entidade, quando o objetivo é descrever ou analisar o fenômeno, a que se acede diretamente, de uma forma profunda e global, e quando o investigador pretende apreender a dinâmica do fenômeno, do programa ou do processo. Assim, define “estudo de caso” com base nas características do fenômeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de escolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos. (ARAUJO et al. 1994 apud YIN 2008).

Nesse estudo fez-se tanto revisão bibliográfica como pesquisa de campo. Sendo que para desenvolver a pesquisa de campo, foi realizada aplicação do questionário, como análise quantitativa e o Diagnóstico Rural Participativo, como análise qualitativa. As referentes pesquisas foram aplicadas por conta de uma demanda do projeto ATER que o Instituto Peabiru desenvolve no PAE Setubal, município de Ponta de Pedras - Marajó/PA.

#### a) Pesquisa bibliográfica

Acompanhando Fonseca (2002, p. 31) para a elaboração do referencial teórico foram levantadas informações “já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*”. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Além disso, existem pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher

informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. Em nosso caso, nos valem os recursos, a pesquisa teórica e os levantamentos de campo.

b) Pesquisa de campo

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (FONSECA, 2002, p. 32). Deve-se dizer que nessa pesquisa utilizou-se análise quantitativa e qualitativa.

- Questionário- Uma análise quantitativa.

Ainda com Fonseca (2002, p. 20), os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

A aplicação do questionário (anexo 01) foi uma metodologia utilizada com o caráter quantitativo, devido a trabalhar com perguntas estruturadas. Foi aplicado no universo amostral de 42 famílias, sendo realizado em dezembro de 2013. Aproveitando o apoio da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Instituto Peabiru, podemos contar com a equipe técnica composta por 06 (seis) técnicos, no momento da aplicação do questionário, conseguindo, por esse motivo, considerável número de entrevistas realizadas.

- Diagnóstico Rural Participativo (DRP)- Uma análise qualitativa.

A análise qualitativa é a metodologia desenvolvida no DRP. “A análise qualitativa busca envolver os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Segundo Gerhardt e Silveira (2002 apud Fonseca, 2009, p. 36) a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) foi à metodologia utilizada nas análises qualitativas, “devido a ser considerado importante para se levantar as demandas, os problemas e as informações de natureza qualitativa como base para elaborar estratégias de ação, além de garantir aos agricultores a problematização da sua própria realidade” (FREITAS; FREITAS e DIAS 2012, p. 69). Desta maneira, “os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação” (VERDEJO, 2006, p. 6).

Para a realização do diagnóstico a equipe do Instituto Peabiru utilizou como procedimento metodológico, a cartilha de Diagnóstico Rural Participativo (DRP). As ferramentas a seguir foram extraídas do relatório/diagnóstico Instituto Peabiru 2014:

- Análise das Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA).

Com objetivo de identificar, analisar e visualizar a situação dos assentados agroextrativistas através da ferramenta que possibilite uma reflexão sobre as fortalezas, fraquezas, ameaças e oportunidades relacionados a organização social e uso dos recursos naturais.

- Linha do tempo

Descrever cronologicamente os fatos apresentados na comunidade, desde os aspectos relacionados ao histórico e uso dos recursos naturais com o auxílio de materiais pedagógicos como cartolina, canetas coloridas, etc.

- Mapa participativo

Identificar áreas de coleta dos recursos naturais utilizada pelas famílias assentadas com o auxílio do mapa cedido pelo INCRA.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

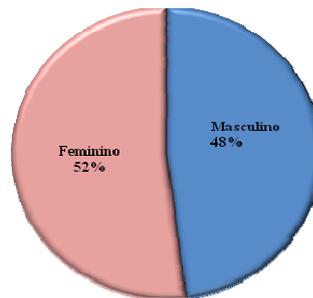
Todos os dados analisados a seguir foram extraídos do relatório do Instituto Peabiru (2014), no prelo. Assim, os dados foram gentilmente cedidos, com intuito de encorpar e favorecer uma maior amplitude de resultados a serem analisados em nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

### 4.1. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS, AMBIENTAIS E CULTURAIS DO PAE SETUBAL.

#### 4.1.1- Informações gerais das famílias do Assentamento

Nas informações coletadas no assentamento agroextrativista Setubal, do universo amostral de 42 famílias, 48% são homens e 52% são mulheres como ilustra a Figura 3.

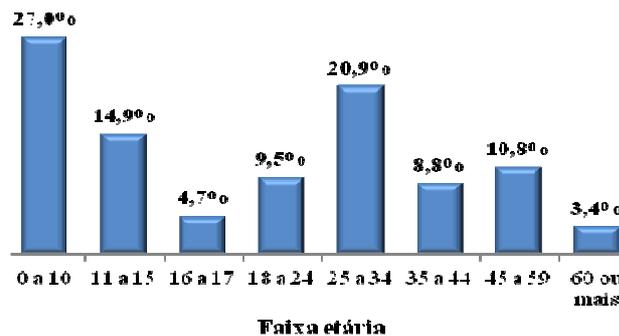
Figura 3: Distribuição dos membros das famílias, pelo sexo.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

A Figura 4 demonstra a distribuição entre faixas etárias, sendo que os grupos são formados por crianças de 0 a 10 anos com 27% de pessoas, adultos de 25 a 59 anos e pessoas idosas com mais de 60 anos.

Figura 4 :Distribuição dos membros das famílias, pela faixa etária.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

#### 4.1.2- Moradia.

A pesquisa registrou que a moradia adquirida no PAE foi através dos recursos próprios (95,2%) e 4,8% adquiriram de outras formas, como herança familiar, troca de lotes e também através do INCRA (concessão de uso da terra), como relata na Figura 5.

Figura 5: Distribuição das famílias, pela forma com que adquiriram suas moradias.

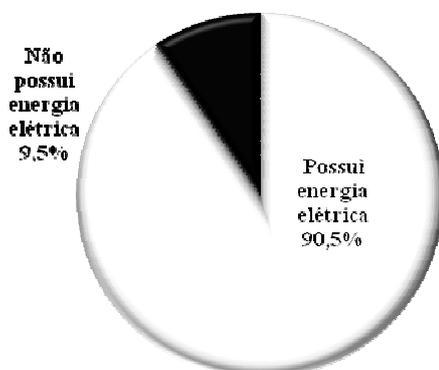


Fonte: Instituto Peabiru (2014).

#### 4.1.3-Energia

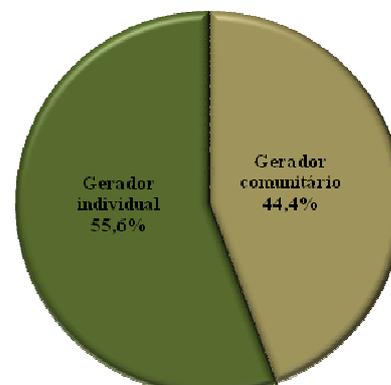
Na questão referente à energia elétrica dentro da comunidade, através dos dados foi identificado que não existe luz elétrica, embora o PAE pertença à área federal, os assentados não são assistidos pelo Programa Luz para Todos do Governo Federal, constatado que 90,5% das famílias possuem energia elétrica que é realizada através de gerador individual 55,6% ou gerador comunitário 44,4%, e somente 9,5% das famílias não possuem energia elétrica, nem de gerador comunitário e nem de individual. Como é observado nas Figuras 6 e 7.

Figura 6 : Distribuição das famílias, pelas que possuem ou não possuem energia elétrica.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Figura 7: Distribuição das famílias, pelas características da fonte de energia elétrica.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

#### 4.1.4- Saneamento Básico e Recursos Hídricos

As questões dos serviços básicos dentro de comunidades ribeirinhas são bastante precárias devido à falta de políticas públicas que possibilitem o acesso ao saneamento básico à coleta de lixo.

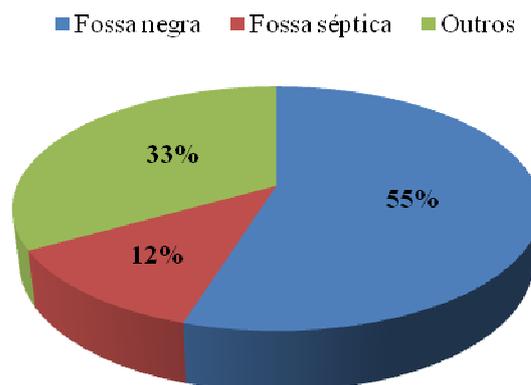
Em relação as questões ambientais envolvendo a sustentabilidade no PAE Setubal, concordamos com Guarim (2000) que afirma que :

“Denota-se uma preocupação geral em torno da sustentabilidade de comunidades locais em termos sociais, ambientais e econômicos. As atividades humanas parecem ser as causas mais comuns atingindo as comunidades ribeirinhas, por que a excessiva pesca predatória e o turismo desorganizado têm levado à alteração de hábitat e à perda da biodiversidade. Algumas das alterações ambientais têm sido consideradas como sendo induzidas pelos homens, por exemplo, a poluição dos rios, o desbarrancamento de suas margens, as queimadas, a diminuição da pesca e outros” (GUARIM, 2000, p. 10).

Das famílias entrevistadas, 100% queimam o lixo produzido por eles. A prática da queima do lixo pode ocasionar danos ambientais.

Na Figura 8, observa-se que 55% das famílias possuem fossas negras em sua propriedade, 12% tem fossa séptica e 33% possuem outros tipos: utilizam a floresta como banheiros ao ar livre.

Figura 8: Porcentagem do N° de famílias que utilizam tipos de banheiro em sua propriedade.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Com relação aos recursos hídricos a água que abastece as casas provém de rio ou igarapé, sendo que tem o destino para o consumo animal, uso doméstico (lavagem de roupa, louça) e preparação de comida.

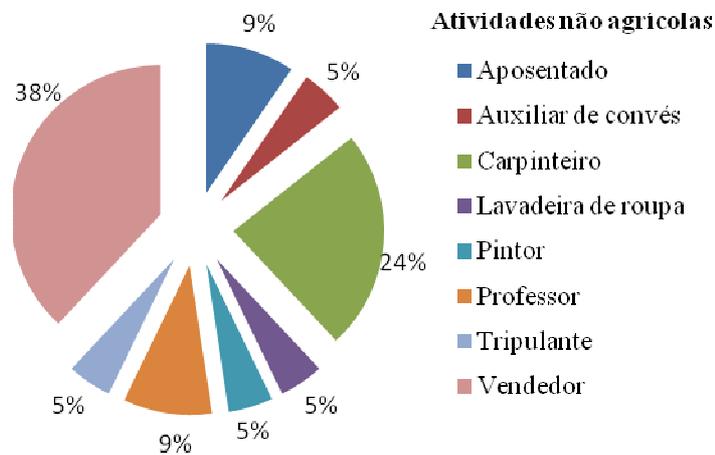
A água que provém dos rios ou igarapés possui tonalidade escura, portanto é necessário para o consumo que realize tratamento na água com aplicação de hipoclorito, sendo que 57,9% realizam este tratamento e 44,7% utilizam outros tratamentos como decantação com sulfato de alumínio, fervura, e poucas pessoas não utilizam nenhum tratamento.

No PAE foi identificado que a comunidade vive infelizmente com problemas de saneamento básico, qualidade da água, ou seja, as pessoas vivem em condições primárias subumanas de sobrevivência, favorecendo a ocorrência de doenças como verminoses.

#### 4.1.5- Fontes de Renda Não Agrícola

Dentro da comunidade, os assentados, além de exercerem atividades agroextrativistas para gerar renda familiar, exercem outras atividades como vendedor 38%, 24% carpintaria, pintor, 9% professor, etc. Estas atividades são exercidas para a manutenção da seguridade alimentar das famílias, ou seja, são alternativas de outras fontes que possibilitem renda extra e complementar que não seja de atividades agrícolas, observado na Figura 9.

Figura 9: Porcentagem do N° de famílias que possuem outras fontes de renda.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Como foi abordado neste capítulo homens e mulheres possuem características etárias similares. A moradia é obtida através de herança familiar sendo que a maioria dos assentados residem dentro do PAE, onde ainda prevalece a falta de estruturas de saneamento básico, coleta de lixo e falta de energia elétrica pública. Com todas estas problemáticas dentro da comunidade, é importante que os agroextrativistas estejam participando das organizações sociais para adquirir seus benefícios através das políticas públicas. O capítulo a seguir vai ressaltar as organizações sociais e políticas públicas dentro do PAE.

## 4.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DO PAE SETUBAL

### 4.2.1. Situação atual da organização social

Nesta seção serão abordadas as questões das organizações sociais presentes/atuentes na comunidade e como elas se encontram organizadas ou se eles interferem, interagem, na participação das atividades agroextrativistas e uso dos recursos naturais dentro da comunidade

Foram levantadas informações da situação atual da organização social, sendo representada pela Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agroextrativista da Comunidade de Setubal (ASTRAIS). Fundada dia 02 de maio de 2009, atualmente participam 57 associados, todos inadimplentes, sendo que destes 29 são homens e 28 são mulheres. A última reunião da associação foi em fevereiro de 2014. Além disso, na associação inexistente presidente, devido à comunidade não entrar em acordo. Atualmente o responsável pela associação é o líder comunitário, Sr. W. R.

Utilizou-se a ferramenta da matriz de organização comunitária, baseada na FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) na tabela 4. Nesse contexto, por meio desta, foram diagnosticadas as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças da ASTRAIS na PAE Ilha Setubal.

#### ✓ Fortalezas

Os assentados informaram que a liderança comunitária responsável pela ASTRAIS, está conseguindo grandes benefícios para comunidades. Através articulação com o INCRA, alguns associados receberam o título de concessão de uso da terra. Confirmando a idéia discutida no DRP, Andrade; Moreira e Moura (2013) relatam a importância da organização social como articulador em busca de alcançar interesses em comum, principalmente populações tradicionais, que possuem terras se organizam, buscando um objetivo comum: o acesso à terra.

No início deste ano, através de ofícios a Prefeitura de Pontas de Pedras e a Secretaria de Educação, obteve para o Assentamento a Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro do Nascimento Setubal, que possui educação infantil até o 5º ano. Quando em uma ilha há uma concentração de casas e um número de crianças com idade para iniciar o aprendizado escolar, sempre por iniciativa de um líder (pessoa que se destaca entre os ocupantes, por ser mais comunicativo e formador de opinião), geralmente esta liderança ou procura um vereador ou mesmo o prefeito do município e reivindica a construção de uma pequena sala de aula para atender as necessidades educacionais daquela pequena comunidade.

Enfatizou-se que no período de inverno, através da obtenção junto a Ouvidoria Agrária do INCRA, o líder comunitário responsável pela associação, conseguiu angariar cestas básicas, sendo doadas a todos os associados.

✓ Fraquezas

Apesar dos benefícios obtidos através da associação, os associados desconhecem o estatuto da associação, os respectivos direitos e deveres da diretoria e de seus associados. Observou-se que muitos associados estão ausentes das reuniões propostas pela diretoria. Entre estes, a ausência contínua da associada responsável pela redação da reunião. Há maior participação quando a temática está relacionada a recebimento de recursos financeiros.

Foi levantada a informação que todos os associados são inadimplentes. Todavia, os associados afirmam que muito deixaram de pagar por não haver prestação de contas da diretoria da associação, configurando um quadro de desconfiança na organização.

✓ Oportunidades

Foram citadas as oportunidades que os assentados podem obter à comunidade. Pois, podem ter acesso a políticas do governo, como o PRONAF Mulher, visto que a 49% das associadas são mulheres. Utilizar os recursos naturais advindos do assentamento, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com intuito de fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. No entanto, a ASTRAIS precisa está regularizada e seus associados adimplentes, realizando o pagamento dos suas obrigações tributárias.

Alguns assentados relataram a oportunidade de assistência técnica que a equipe do Instituto Peabiru está proporcionando, beneficiando através de capacitações e orientações para melhor aproveitamento do uso dos recursos naturais para melhoria da qualidade de vida dos assentados. Verificou no diagnóstico que 50% dos presentes realizam controle da produção de açaí, obtendo a anotação da safra e entressafra do ano de 2013, sendo importante possuir o controle da produção, como indicativo essencial para diagnosticar, se com a assistência técnica aumentará a produção.

✓ Ameaças:

No diagnóstico verificou-se as irregularidades da associação, devido à inadimplência de todos os associados/sócios, impossibilitando a inserção em programas e políticas do governo como PAA e o PNAE entre outras políticas públicas acessadas apenas quando a organização social está regularizada. Ainda, observa-se que os associados não conhecem o estatuto da associação.

Além disso, há problemática na comunidade com a venda irregular de lotes. Foi esclarecido aos assentados, que é uma atividade irregular, pois estes não são donos da área, apenas receberam concessão de uso.

Tabela 4: FOFA de organização social

<b>FORTALEZAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
Concessão de uso da terra Atual direção Acesso a cesta básica no período da cheia	Acesso as políticas do governo Assistência Técnica e Extensão Rural 50% fazem o controle da produção do açaí Potencialidades de oleaginosas e cacau
<b>FRAQUEZAS</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Ausência de prestação de contas da associação Falta de participação nas reuniões 100% dos sócios inadimplentes Os sócios não o estatuto da associação	Irregularidade da organização Falta de conhecimento das políticas e dos direitos dos assentados Venda de lotes irregulares

Fonte: Adaptado do Instituto Peabiru (2014)

#### **4.2.2- Ações públicas, e o acesso a Políticas Públicas no PAE.**

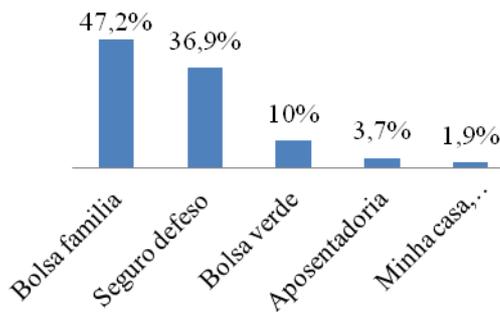
Em relação ao acesso a políticas públicas, verificou-se que no ano 2012, alguns assentados iniciaram o recebimento da política pública, Bolsa Verde. Entretanto, há outras políticas recebidas pelas famílias, como: Bolsa família, bolsa verde, auxílio maternidade, seguro defeso e aposentadoria, não sendo datados, devido inexistir um consenso entre os assentados.

No ano 2013, no assentamento iniciou a política de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER realizado pela equipe do Instituto Peabiru. Ainda, participaram do Programa Fome Zero, recebendo, cestas básicas, no período do inverno.

Na figura 10, que analisa a distribuição dos membros das famílias, pelas políticas públicas de que são beneficiários, foi constatado que 47,2% das famílias recebem Bolsa família, sendo o mais presente no assentamento. Na Distribuição das famílias que recebem

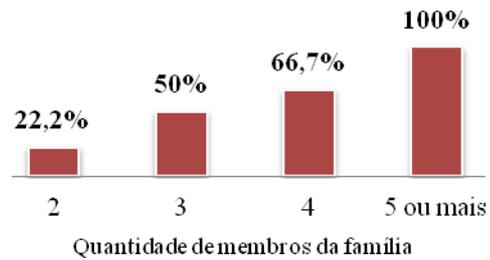
Bolsa Família, pela quantidade de membros que possuem, quanto mais membros a familiar tiver, mais acesso a política elas recebem, como mostra na Figura 11.

Figura 10: Distribuição dos membros das famílias, pelas políticas públicas de que são beneficiários.



Fontes: Instituto Peabiru (2014).

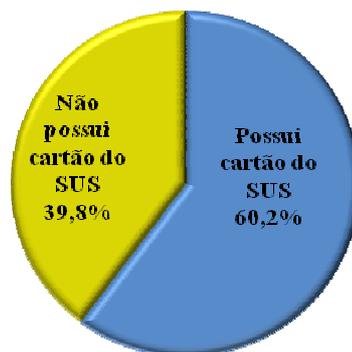
Figura 11: Distribuição das famílias que recebem Bolsa Família, pela quantidade de membros que possuem.



Fontes: Instituto Peabiru (2014).

Em relação às ações públicas, com a distribuição dos membros das famílias, pelos que possuem ou não possuem o cartão do SUS (figura 12), mostra que 39,8% dos assentados entrevistados não possuem a cartão do SUS. No entanto 60,2% adquiriram o cartão.

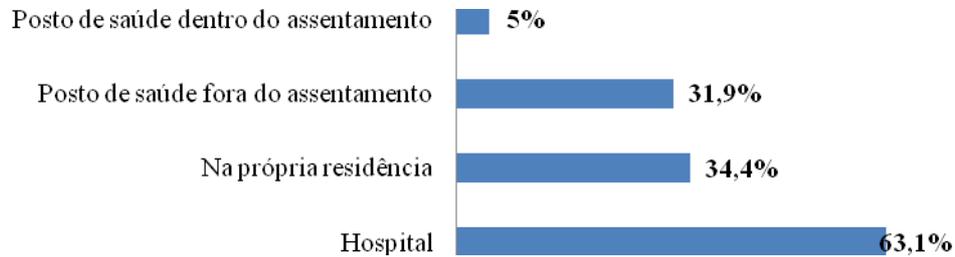
Figura 12: Distribuição dos membros das famílias, pelos que possuem ou não possuem o cartão do SUS.



Fonte: Instituto Peabiru (2014)

Os dados da Figura 13 representam os resultados encontrados na pesquisa sobre o local de atendimento do serviço público de saúde. A maioria dos membros das famílias, recebem atendimento em hospitais presentes no município de Ponta de Pedras, município vizinhos e/ou na capital do estado e apenas 5% dos membros das famílias recebem atendimento em postos de saúde dentro do assentamento.

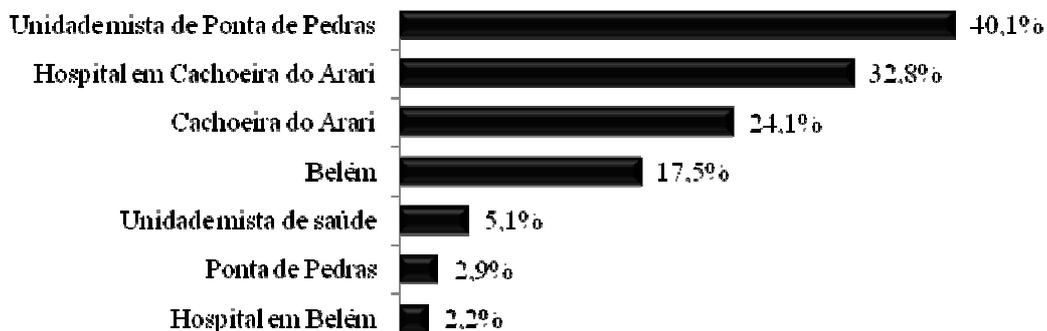
Figura 13: Distribuição dos membros das famílias, pelos locais em que são atendidos pelo serviço público de saúde.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Nos atendimentos ao serviço público de saúde, nos locais fora do assentamento, a figura 14 expõe que 40,1%, são atendidos na Unidade mista de Ponta de Pedras, sendo este município o mais procurado para utilização do serviço.

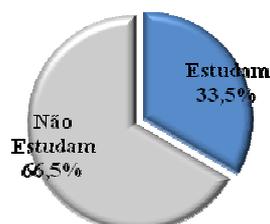
Figura 14 : Distribuição dos membros das famílias, pelos locais fora do assentamento em que são atendidos pelo serviço público de saúde.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

A figura 15 evidencia as políticas relacionadas à educação, sendo que na distribuição dos membros das famílias 33,5% estudam ou 66,8% não estudam.

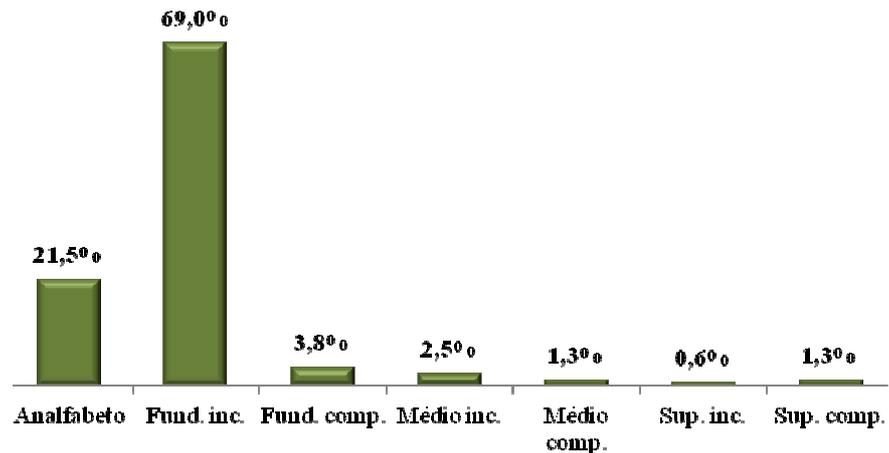
Figura 15: Distribuição dos membros das famílias pelos que estudam ou não estudam.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Em relação ao nível escolar, representado na Figura 16, podemos observar que 21,5% dos entrevistados são analfabetos, 69% com o ensino fundamental incompleto, 3,8% ensino fundamental completo, no restante 5,7% de indivíduos que possuem o ensino médio completo ou um nível de escolaridade maior.

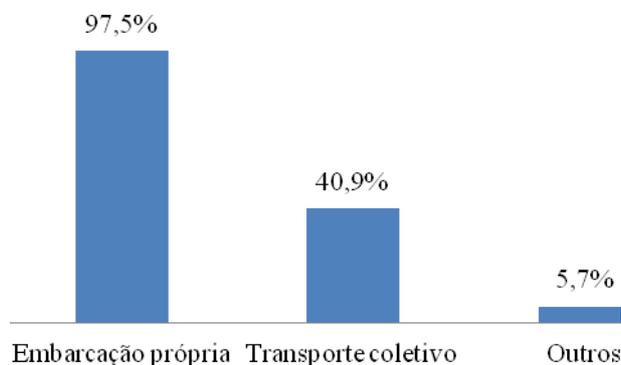
Figura 16 : Distribuição dos membros das famílias, pelo nível de escolaridade.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Na Figura 17, foram analisados os tipos de meios de transportes utilizados em relação à distribuição do número de famílias. Constatou-se que 97,5% das pessoas utilizam embarcações próprias e 40,9% utilizam transportes coletivos, como barcos escolares da prefeitura e 5,7% utilizam outros tipos de transportes como veículos de tração animal, carro, van, bicicleta e moto.

Figura 17 : Distribuição dos membros das famílias, pelos tipos de transporte que utilizam.



Fonte: Pesquisa de campo.

### 4.2.3-Acesso ao crédito

Em relação ao acesso ao crédito, na comunidade como segue na Tabela 5, somente foi constatado dois tipos de crédito rural: Pronaf B e Pronaf C. O Pronaf B dá acesso a 6% das famílias entrevistadas, sendo que 2% destas obtiveram o acesso no ano de 2010 em situação adimplente no valor de R\$1.000,00, e 4% acessou no ano de 2013, no valor de R\$2.500,00, sendo que deste, 2% das famílias encontra-se em carência e 2% adimplente. No Pronaf C, 2% das famílias obteve acesso ao crédito no ano de 2013 no valor de R\$7.000,00, e ainda não receberam este valor.

Tabela 5: Acesso ao crédito das famílias do PAE Setubal.

Especificação	Valor total	Ano de concessão	(%) do N° de famílias	Situação
Pronaf-B	R\$ 2.500,00	2013	2	Em carência
			2	Adimplente
	R\$ 1.000,00	2010	2	Adimplente
Pronaf-C	R\$ 7.000,00	2013	2	Ainda não recebeu.

Fonte: Instituto Peabiru (2014).

### 4.2.4- Participação em Organização Social.

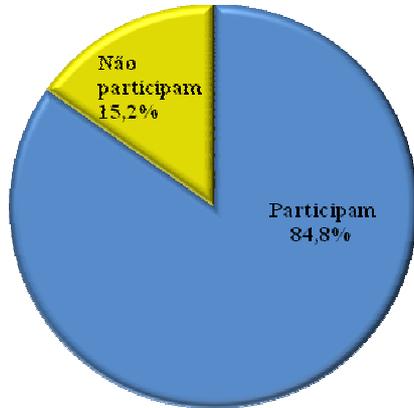
Em relação à distribuição dos membros das famílias com 18 anos ou mais de idade, pela participação em organizações sociais a Figura 18 identifica que 84,8% participam e 15,2% não participam de organizações sociais. Na Figura 19 evidencia a participação em relação ao sexo, nas organizações sociais, sendo 89,7% homens e 80,0% mulheres.

No desenvolvimento do trabalho percebeu-se que o gênero masculino participa mais ativamente nas organizações, visto que ainda hoje prevalece no local uma relação de dominação patriarcal. Segundo Almeida et al.(2013 apud Almeida, 2002; Lima, 2003 e Soares, 2004) evidenciam que a autoridade patriarcal se apoia na imposição masculina sobre as mulheres, sustentada pela submissão de “caráter cotidiano”, através de fatos na crença em normas difundidas secularmente.

Em contrapartida, a participação das mulheres nas organizações sociais vem aumentando, como confirma Almeida et al. (2013, p. 28):

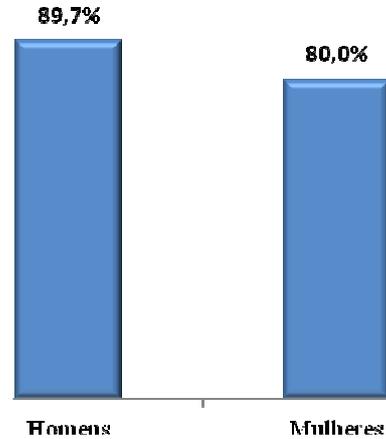
“Embora as mulheres estejam passando por um processo tímido de conscientização de seu papel frente às organizações e movimentos sociais. É válido salientar que, na zona rural, já vêm galgando espaços de destaque junto às organizações políticas locais, o que futuramente pode resultar em transformações em sua vida cotidiana” (ALMEIDA et al., 2013, p.28).

Figura 18 : Distribuição dos membros das famílias com 18 anos ou mais de idade, pela participação em organizações sociais.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

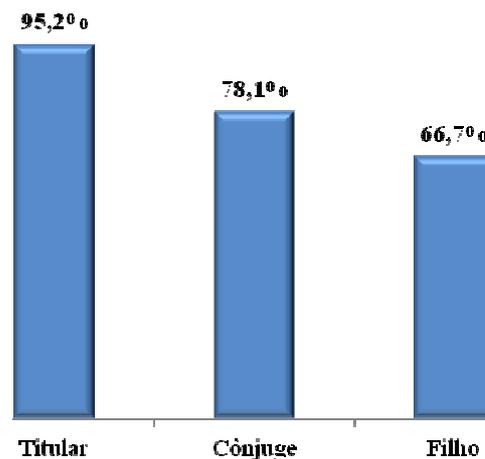
Figura 19 : Distribuição dos membros das famílias com 18 anos ou mais de idade que participam de organizações sociais, pelo sexo.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Na Figura 20 podemos observar que tanto entre os titulares, quanto entre os cônjuges e também entre os filhos com 18 anos ou mais de idade, a participação em organizações sociais existe por parte de maioria das pessoas, no caso dos titulares, com 95,2%.

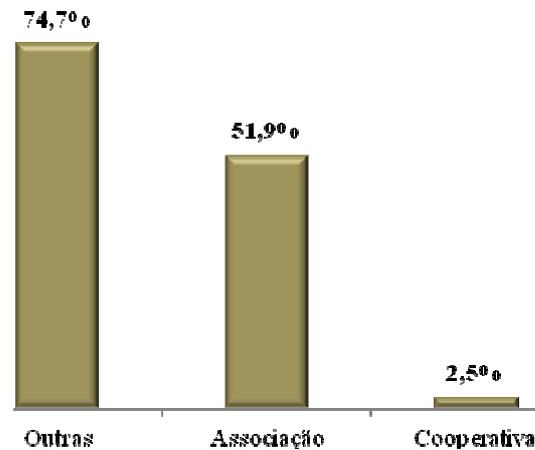
Figura 20 : Distribuição dos membros das famílias com 18 anos ou mais de idade que participam de organizações sociais, pela condição de titular, seus cônjuges e filhos.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

A Figura 21 apresenta a distribuição dos membros das famílias com 18 anos ou mais de idade, pelo tipo de organização social em que participam. São expostos que 100% dos entrevistados participam de organizações sociais.

Figura 21: Distribuição dos membros das famílias com 18 anos ou mais de idade, pelo tipo de organização social em que participam.

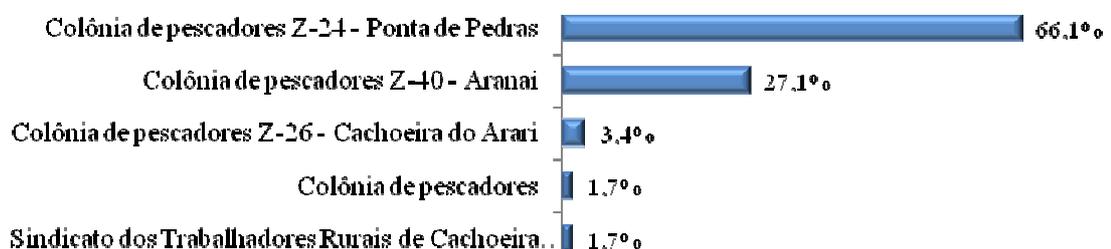


Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Em relação aos outros tipos de organização social, foi perguntado a que organizações eles se referiam. Os resultados estão na Figura 22.

Na comunidade foi observado que as pessoas participam de outras organizações sociais de acordo com suas afinidades pessoais, visto que a maioria participa de organizações relacionadas às atividades que eles exercem, como colônia de pescadores, sindicato dos trabalhadores rurais. O acesso às políticas públicas como créditos, assistência técnica, beneficia a comunidade, pois além de trazer recursos financeiros é necessário para promoção do desenvolvimento local com a utilização dos recursos naturais.

Figura 22 : Distribuição dos membros das famílias pelos outros tipos de organizações sociais em que participam.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Os dados coletados revelam que a principal organização com maior número de associados se estabelece fora do assentamento, a Colônia de Pescadores Z-24, em Ponta de Pedras com 66,1% famílias participantes.

Considerando o que foi abordado neste capítulo, a participação dos homens ainda é feita em maior frequência na comunidade, e os assentados participam de mais de uma organização social, demonstrando uma frequência até mesmo em participação em outras comunidades. Com isso, observa-se que a participação nas organizações sociais, o acesso às políticas públicas como o acesso ao crédito, assistência técnica, são necessárias para promoção do desenvolvimento local, sendo que os assentados são os atores locais de maior interesse nas dinâmicas que envolvam as atividades agroextrativistas. O capítulo a seguir irá abordar as atividades agroextrativistas e o uso dos recursos dentro do assentamento, como promotora de desenvolvimento local sustentável.

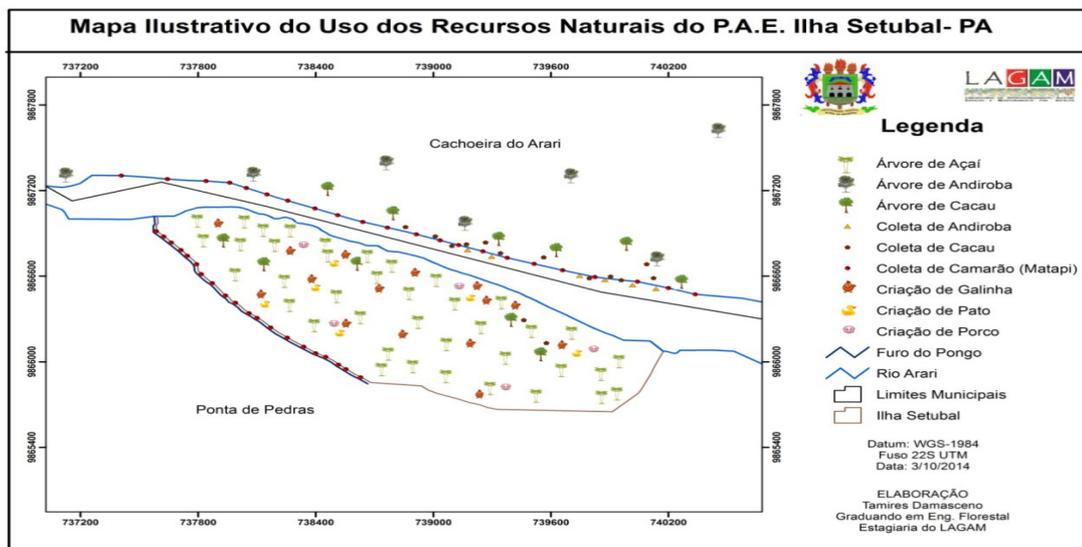
#### 4.3. ATIVIDADES AGROEXTRATIVISTAS E USO DOS RECURSOS NATURAIS NO PAE SETUBAL

Neste capítulo serão abordadas as atividades agroextrativistas, ou seja, enfocando nos produtos que são coletados, beneficiados, consumidas e comercializadas na Ilha, destacando ainda como é feito o uso destes recursos naturais.

##### 4.3.1-Mapa de Uso dos Recursos Naturais na Ilha Setubal.

Na Figura 23, foram identificadas as áreas/zonas de coleta de andiroba, cacau, camarão, produtos de fonte de renda da comunidade como a produção do açaí, criação de galinha, pato, porco.

Figura 23: Mapa do Uso dos recursos naturais



Fonte: Adaptado de Instituto Peabiru (2014).

Conforme o mapa ilustrativo do uso dos recursos naturais, apresentado acima, o extrativismo do açaí é realizado nos terrenos/quintais (Figura 24) de cada família que reside do assentamento. A Figura 25 ilustra a criação de galinhas de forma extensiva nestas áreas.

Figura 24: Áreas de coleta de açaí nos quintais das casas      Figura 25: Pequenos animais nos quintais das casas



Fonte: Registro Fotográfico Instituto Peabiru (2014).

Em relação à pesca, a Figura 26 apresenta os meios de transporte como embarcações a motor ou canoas, utilizadas ao longo do Rio Ararí, coletando peixes e camarões. A figura 27 representa um dos apetrechos, os matapís para a captura dos pescados. No entanto, são utilizados, espinhel, anzol e tarrafas na execução dessa atividade. Muitos extrativistas realizam essa atividade, utilizando esses equipamentos de forma inadequada, não obedecendo aos espaçamentos entre as talas, pescando assim, espécies de peixes e camarão que não estão viáveis para o consumo, contribuindo para diminuição dos pescados. Confirmando a problemática, Guarin (2000) afirma que, para os pescadores, a ameaça de extinção de espécies dos pescados é devida a vários fatores, sendo que a pesca criminosa, feita com redes e tarrafas inadequadas; que capturam peixes e camarões em quantidades que não permitem a sua renovação e crescimento ocasiona uma diminuição dos recursos pesqueiros. Ainda ressalta que o desmatamento das margens dos rios, provoca escassez de alimentos da ictiofauna, erosão e assoreamento.

Figura 26: Tipos de embarcações utilizadas para pesca Figura 27: Matapís utilizados para pesca do camarão



Fonte: Registro fotográfico Instituto Peabiru (2014).

A coleta das oleaginosas e do cacau é realizada em áreas particulares, do outro lado do rio Ararí, na área que pertence ao PAE Soberana, próximo a um local denominado Poço da Piranha. Anteriormente ao crescimento populacional, na localidade, as florestas nativas, possuíam grandes variedades de espécies florestais, que eram utilizadas pelas populações rurais, principalmente para uso medicinal e alimentar. No entanto, verificou-se que atualmente esse avanço trouxe diminuição das oleaginosas, devido ao desmatamento das florestais nos assentamentos para utilização da área na agricultura, principalmente de culturas temporárias, produção de carvão vegetal, “limpeza da área” para construção de casas, entre outros.

#### **4.3.2-Atividades Agroextrativistas**

Em relação à distribuição das famílias, pelos respectivos produtos trabalhados, na Tabela 6 são apresentadas as 16 variedades de produtos distintos. Constata-se que os principais produtos trabalhados são o açaí, o peixe e o camarão, possuindo respectivamente 97,6%, 87,8% e 73,2% famílias exercendo a atividade, visto que são recursos naturais, inseridos nos hábitos alimentares, desde suas gerações passadas, sendo consumidos até os dias atuais. Deve-se dizer que para Souza; Mendes e Oliveira (2006 apud Aguiar, 2012), o consumo alimentar das comunidades tradicionais amazônicas é advindo dos seguintes recursos naturais: uso dos produtos agrícolas rudimentares, pesca artesanal, criação doméstica, caça e extrativismo florestal, compra, entre outros.

Menezes (1996 apud Marsh e Hernandes, 2002) relatam que a unidade familiar tradicional se diferencia de outros sistemas de produção devido à diversidade, complexidade e abundância de benefícios que corroborem para a família, pois cada unidade familiar é um

sistema único de diversidade e características particulares de espécies florestais, animal, afirmando a ampla abundância em produtos e produtividade.

Na comunidade foi encontrada uma diversidade de recursos naturais relatados pelos assentados, evidenciando uma variedade de produtos dentro do PAE. Essa diversidade é caracterizada pelo sistema agroextrativista, pois este tipo de atividade é diferenciado das outras, pois está enquadrada na categoria em que as atividades estão diretamente vinculadas a coleta de produtos da floresta e dos rios.

Relacionado aos produtos mais produzidos no assentamento ainda Souza; Mendes e Oliveira (2001 apud Murrieta, 2012), correlacionam escolhas alimentares aos resultados das interações lógicas entre as estruturas habituais do cotidiano, sendo considerados os processos biológicos e o desejo social, ou seja, é a interação entre os ciclos ecológicos dos recursos naturais, juntamente com as questões político-econômicas dos mercados locais e regionais, sendo verificado o poder de compra representado por classes e preferências individuais.

Tabela 6. Distribuição das famílias, pelos produtos com os quais elas trabalham.

<b>Produto</b>	<b>Proporção de famílias</b>	<b>Produto</b>	<b>Proporção de famílias</b>
1. Açaí (E)*	97,6%	9. Manga (A)	9,8%
2. Peixe (E)	87,8%	10. Andiroba (E)	4,9%
3. Camarão (E)	73,2%	11. Goiaba (A)	4,9%
4. Palmito (E)	46,3%	12. Banana (A)	2,4%
5. Coco (A)**	12,2%	13. Cacau (A)	2,4%
6. Bacaba (E)	9,8%	14. Mamão (A)	2,4%
7. Cupuaçú (A)	9,8%	15. Murumuru (E)	2,4%
8. Limão (A)	9,8%	16. Pupunha (A)	2,4%

\* (E) – Produto correspondente à atividade extrativista.

\*\* (A) – Produto correspondente à atividade agrícola.

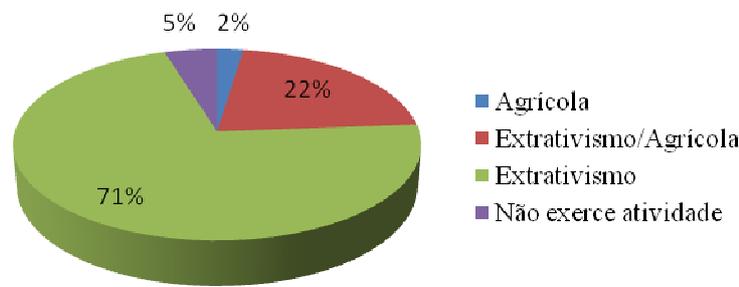
Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Na Figura 28, observa-se que 71% das famílias exercem o extrativismo com a coleta do açaí, andiroba, murumuru, entre outros, 22% trabalham com as duas atividades, extrativista e agrícola, 2% exercem somente atividades agrícolas. Entretanto, os 5% restante das famílias não exercem nenhuma atividade, visto que muitos sobrevivem dos benefícios do governo, como, aposentadoria, entre outros. Apesar de a maioria das famílias exercerem a atividade extrativista de diversos produtos, o açaí é o principal produto de potencialidade econômica local. Afirma Vedoveto e Bauch (2009) que o açaí apresenta significativo potencial devido possuir agregação de valor no mercado e no setor produtivo, principalmente na Amazônia.

Este fato acontece devido nos últimos dez anos ter havido intensa procura por esse fruto no mercado externo, aliado ao grande consumo do produto na região.

Isso evidencia que o aumento da demanda, com a exploração dos frutos do açaí, é fator chave na construção de melhorias na qualidade de vida para as populações rurais locais, podendo proporcionar até mesmo o desenvolvimento local. Esse exposto é válido não somente para o açaí, mas também para as atividades de pesca, extração de palmito, coleta de frutíferas e oleaginosas, desenvolvidas nos assentamentos.

Figura 28: Porcentagem de famílias que exercem atividades agrícolas e/ou extrativistas



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

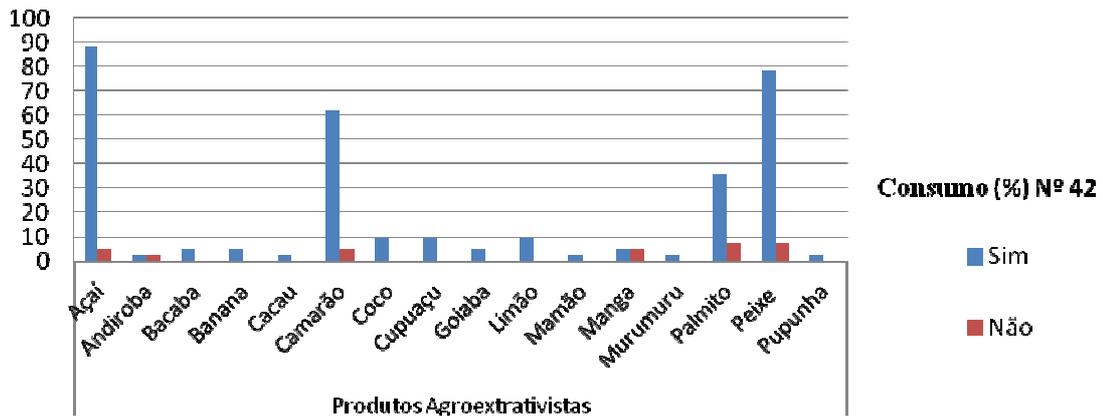
#### 4.3.3- Consumo dos produtos Agroextrativistas

Nesta relação, foram identificados quais os produtos agroextrativistas existentes na comunidade que são consumidos pelas famílias.

Na Figura 29, verifica-se que 93% das famílias trabalham com o extrativismo do açaí, sendo que 88% consomem o produto e 5% não consomem. 4% trabalham com a coleta da andiroba, destes, 2% extraem o óleo para consumo próprio e 2% não extraem o óleo da andiroba para o consumo. 5% das famílias trabalham com o extrativismo da bacaba, produção de banana e goiaba, consomem estes frutos. 2% das famílias trabalham com cacau, mamão, murumurú e pupunha, sendo que os mesmos, de cada atividade consomem estes recursos na sua propriedade. 67% das famílias trabalham com a atividade do camarão, sendo que 62% consomem produto e 5% não consomem. O coco e o limão são trabalhados por 10% das famílias, sendo que a mesma quantidade consomem estes frutos. A extração do palmito é

utilizada por 43% das famílias do PAE, sendo que 36% consomem o palmito na sua dieta alimentar e 7% não o consomem. O peixe é consumido por 79% das famílias e 7% não consomem.

Figura 29: Porcentagem do número de famílias que consomem ou não produtos Agroextrativistas.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

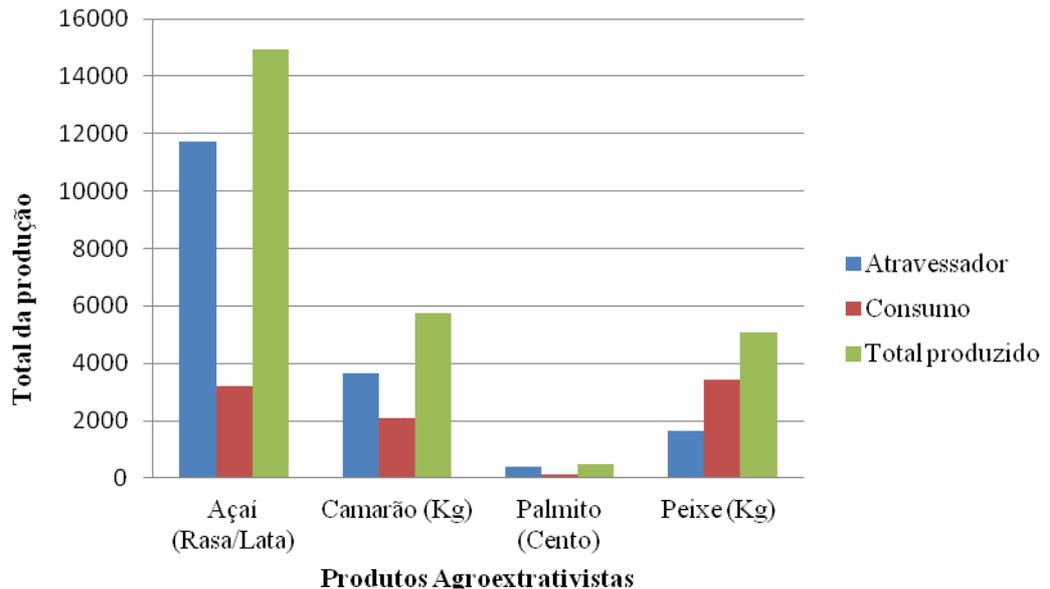
#### 4.3.4- Produção e comercialização dos produtos

Do total da produção dos recursos naturais consumidos e comercializados, na Figura 30, nota-se que a média do total produzido de 14.916 rasa/lata de açaí, 11.704 rasa/lata é comercializada para o atravessador e 3.213 rasa/lata é consumido pelas famílias. A produção do camarão total na comunidade é de 5.733 Kg, sendo que 3.649 Kg são comercializados para o atravessador e 2.084Kg é consumido pelos moradores.

A extração em média do palmito é de 4.970 unidades, sendo que 3.850 un é comercializado para o atravessador e 1.120 un é para o consumo local. Os produtores retiram o palmito para comercializar com pequenas fabriquetas existentes nas regiões, que de forma artesanal e clandestina, sem qualquer preocupação com a higiene, envasam milhares de vidros de palmito e, sem qualquer tipo de rótulos, entregam para grandes fábricas produtoras do estado ou mesmo em outras regiões do Brasil, rotularem e comercializarem. O peixe possui produção total de 5.077 Kg, sendo que 1.662 kg tem o destino para a comercialização realizada pelo atravessador, e 3.415 Kg é consumido pelas famílias.

A andiroba, a banana, o cacau, o cupuaçu, a goiaba, o limão, o mamão, o murumuru e a pupunha são produzidos, comercializados e consumidos, porém as famílias não souberam informar a quantidade exata desta produção.

Figura 30: Total da produção dos recursos naturais consumidos e comercializados pelas famílias durante o ano.



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

A comercialização dos produtos é feita geralmente por atravessadores e outras formas como dentro da própria comunidade. Na Figura 31, o açaí dentre os produtos agroextrativistas presentes na comunidade, é o mais comercializado, é a atividade mais rentável para os moradores, sendo comercializado por 93%, onde 83% desta comercialização é diretamente negociada com o atravessador e 10% é realizada de outras maneiras, como a comercialização local, vendendo os frutos para os moradores da área. A andiroba é comercializada por 5% das famílias, sendo que esta comercialização é diretamente para o atravessador. A bacaba é comercializada por 4% das famílias, sendo que 2% é feita para o atravessador e 2% para outros. A banana e goiaba são comercializadas por 5%, sendo que os 5% é feita para outros. O cacau, mamão e a pupunha são comercializados por 2%. 10% das famílias comercializam os 10% de cupuaçu, limão e manga de outras formas que não é para o atravessador. O Palmito é comercializado por 43% das famílias, sendo que 38% comercializaram diretamente com o atravessador e 5% de outras formas. Essa atividade desenvolve-se devido à procura no mercado nacional e internacional, ocasionada recentemente pela expansão de valor comercial

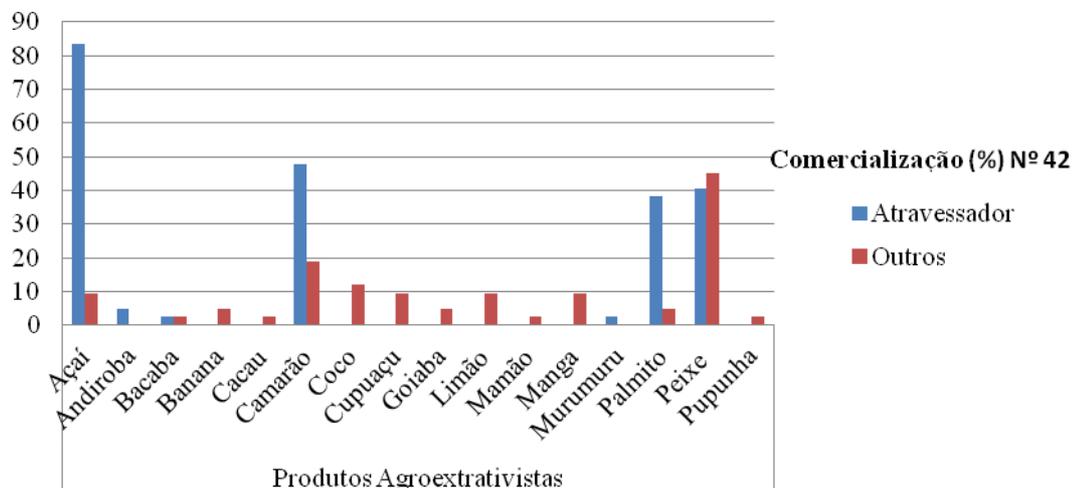
ao produto. O peixe é comercializado por 85%, sendo que 40% comercializam para o atravessador e 45% para outros.

Através dos dados, podemos verificar o papel fundamental que o atravessador tem na comercialização dos produtos dentro do PAE Setubal, pois é o principal agente que leva os produtos para serem escoados nos portos, tomando proporções de mercado local e/ou regional. Visto que todos os produtos explorados no local para comercialização, são realizados pelos atravessadores.

Para ressaltar a importância do atravessador na Amazônia, Rüginitz, Sills e Bauch (2007, p. 4) descreve que:

“O histórico da região do estuário amazônico favorece a participação do atravessador como principal agente intermediário de produtos agroextrativistas. Nesta região, desde a época de colonização (assentamentos) os produtores nunca foram completamente autônomos para as questões de comercialização. Naquele então, tendo a figura do coronelismo como agente responsável pela extração e comercialização dos produtos. Somando-se ao fator histórico-cultural, a economia de escala e distância dos mercados também contribui para a participação dos atravessadores” (RÜGNITZ, SILLS e BAUCH, 2007, p. 4).

Figura 31: Formas de comercialização dos produtos Agroextrativistas em (%) do número de famílias.

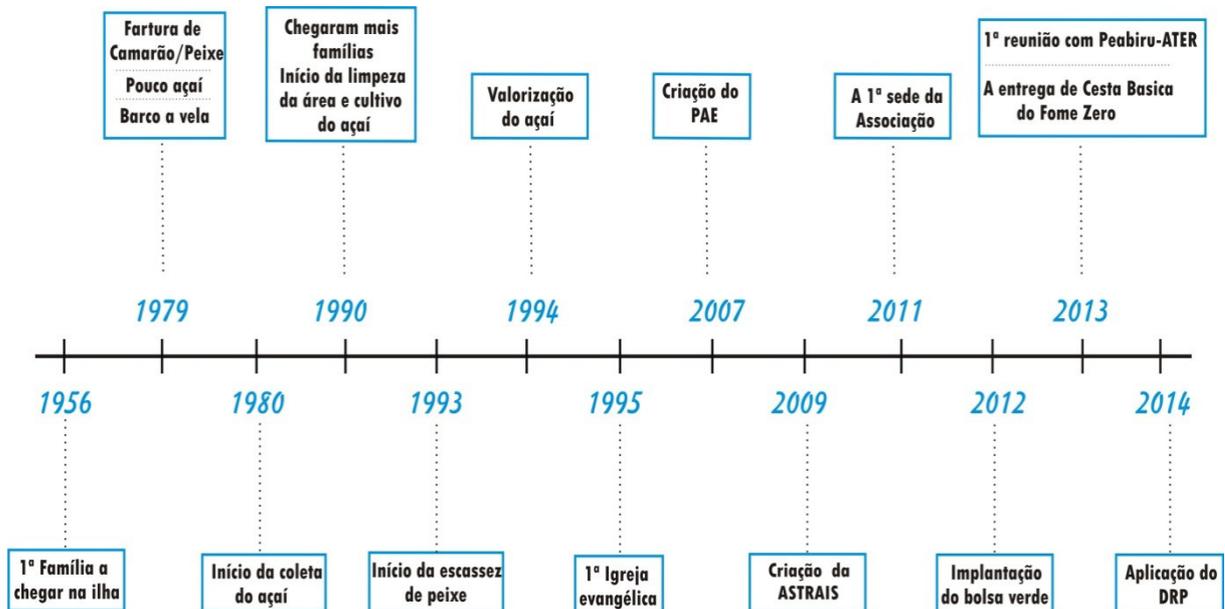


Fonte: Instituto Peabiru (2014).

#### 4.3.5- Linha do tempo

Para nos auxiliar na compreensão do surgimento da comunidade e uso dos recursos naturais, foi construída uma linha do tempo (Figura 32) com os assentados, a partir dos relatos dos depoentes envolvidos.

Figura 32: Linha do tempo do uso dos recursos naturais



Fonte: Adaptado do Instituto Peabiru (2014).

Em 1979, há relatos de que na comunidade havia muito camarão e peixe. Nessa época, a atividade de pesca era a principal fonte de renda. O extrativismo de açaí era somente para consumo próprio.

Com o surgimento dos marreteiros, que utilizavam barcos a vela, na década de 1980, iniciou-se a coleta do açaí para comercialização. Surgindo no final daquela década as primeiras embarcações a motor para o tráfego de pessoas e produtos para comercialização.

Em 1990, migraram famílias de outras comunidades para o local. Os assentados relataram que em 1993 a comunidade começou perceber a diminuição do pescado no rio e relacionaram este fato ao aumento no número de pessoas.

A partir de 1994, iniciou intensa comercialização do açaí, devido à valorização do fruto no mercado. Porém, na época, na comunidade não havia quantidade de açaí suficiente para atender à demanda. Com isso, os moradores começaram a “limpar o terreno” (raleio do mata), surgindo assim maior quantidade de touceiras e aumentando a produção do fruto.

#### 4.3.6- Comercialização dos Produtos e Identificação de Oportunidades e Ameaças.

Com intuito de fazer uma análise do acesso a mercados, tipos de mercado, dificuldades e potencialidades na comercialização, aplicou-se uma ferramenta denominada análise FOFA,

onde os assentados identificaram quais seriam as Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças encontradas na comercialização dos produtos, passemos aos resultados.

Tabela 7: Análises através da FOFA.

<b>FORTALEZAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
Produção própria do açaí Embarcação própria Marreteiro como negociador de crédito	Marreteiro leva a produção para o mercado externo Assistência técnica (cursos, oficinas de capacitação) Comissão de marreteiros para negociar o preço do açaí, do camarão, entre outros produtos da ilha.
<b>FRAQUEZAS</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Falta de acesso a outros mercados Falta de segurança Falta de acordo de pesca Não existe concorrência para os marreteiros	Falta de educação ambiental Poluição com lixo nos rios Diminuição dos recursos naturais (peixe, camarão) Falta de técnica para coleta de camarão Roubo da produção, equipamentos e motores de barcos.

Fonte: Adaptado do Instituto Peabiru (2014)

✓ Fortalezas:

As oportunidades vistas são que alguns assentados possuem embarcações próprias, e por isso são independentes, não utilizam marreteiros para o transporte dos seus produtos. Além disso, constatou-se que cada assentado é proprietário da sua produção de açaí.

Prioritariamente a atividade do marreteiro é a compra e comercialização de produtos. No entanto, estes também possibilitam linha de crédito a muitos assentados. E o pagamento da dívida é feito com a própria produção.

✓ Fraquezas:

Verifica-se que a comunidade não possui acesso a outro tipo de mercado, vendendo somente para os municípios de Ponta de Pedras, Cachoeira do Ararí e Belém.

Foi visto a necessidade de construir um acordo de pesca para minimizar as práticas indevidas da pesca e venda a marreteiros. Ainda, também é indispensável um mercado de concorrência para os marreteiros, os quais estes estipulam o preço do mercado por não haver concorrência, pois os mesmos adotam o preço pago aos extrativistas, sem o poder de estipular um valor ao seu produto, desta forma não permitem que as famílias negociem valores.

Cabe dizer ainda que atualmente a comunidade vivencia grande insegurança, pela ocorrência de invasão à residência, com roubos de equipamentos de pesca e motores de barco.

### ✓ Oportunidades

Em relação à comercialização dos produtos agroextrativistas os atravessadores são vistos com grande importância para venda dos produtos, principalmente o açaí sendo a principal atividade desenvolvida pelas famílias, pois transporta o produto de muitos assentados que não possuem embarcação particular. Ainda, possui uma relação de financiador com as famílias, ofertando uma linha de crédito em dinheiro quando as mesmas necessitam do recurso, realizando o pagamento com o fornecimento dos produtos.

Outra oportunidade é assistência técnica e extensão rural que a comunidade receberá do Instituto Peabiru. Recebendo através dessa política pública técnicas de manejo dos recursos naturais desenvolvidos pelas famílias do assentamento.

Foi citada a criação de uma comissão de marreteiros para que o valor fosse tabelado nas vendas dos produtos.

### ✓ Ameaças

Foi verificado que os assentados não possuem educação ambiental, jogando lixo nos rios. Poluindo o meio ambiente. Além disso, a comunidade vivencia, periodicamente, roubos de equipamentos de pesca e motores, prejudicando as atividades desenvolvidas pelas famílias.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar uma análise do uso dos recursos naturais no Assentamento Agroextrativista na Ilha Setubal, caracterizando as famílias do PAE, verificando o papel das organizações sociais como fomento ao acesso as políticas públicas e agentes participativos da utilização dos recursos naturais na comunidade, assim como, identificar as atividades agroextrativistas presentes na ilha promotora de um possível desenvolvimento local.

Nas características socioculturais, econômicos e ambientais das famílias residentes do PAE, há uma necessidade de avanços nas questões de saneamento básico para a melhoria nos âmbitos ambiental e social, promovendo melhorias na saúde e no bem estar da população. No entanto, são imprescindíveis ações conjuntas entre os assentados e ações governamentais para controle e aprimoramento da infraestrutura que incluam saneamento básico como base do desenvolvimento sustentável.

Verificou-se que as organizações sociais comunitárias não investem em políticas públicas. Sem acesso à políticas que possam promover desenvolvimento local, é preciso que a comunidade fortaleça as suas organizações locais visando a conservação da floresta. Atualmente quem vem cumprindo com essa função de apoiar as comunidades são algumas ONGs. Isso se deve ainda pela baixa eficiência do Estado em certos aspectos das questões sociais e ambientais amazônicas. Todavia, o desenvolvimento dos trabalhos das ONGs somente é possível através da aprovação de projetos por meio de editais para inserção do terceiro setor nas atividades, procurando promover melhorias na qualidade de vida das populações tradicionais e na conservação florestal.

O açaí dentre as atividades é base econômica das populações tradicionais, por se apresentar como um dos produtos mais proeminentes para a dieta alimentar da população paraense. Portanto, necessita de políticas públicas voltadas para a valorização econômica do produto, pelo seu alto potencial de mercado, levando em consideração as mudanças que estão ocorrendo nos padrões de consumo bem como suas implicações para a conservação dos recursos naturais.

Outra problemática é a atividade de captura dos recursos pesqueiros, visto que na atividade existe grande dinâmica de pesca nos rios, pelos pescadores, principalmente de subsistência, que não utilizam equipamentos padronizados entre eles. Além disso, no período de defeso, muitos não respeitam a legislação, sendo a pesca desenvolvida apenas para subsistência. Além disso, a prática de comercialização ainda não acontece de maneira

sistemática para todos. Para minimizar essas problemáticas o acordo de pesca é uma excelente proposta de elaboração para o uso do recurso de forma sustentável.

O atravessador possui um papel fundamental na comercialização dos produtos, entretanto, se houvesse uma associação ou cooperativa em funcionamento, os próprios colaboradores poderiam vender sua produção diretamente sem precisar do marreteiro.

Pode ser percebido que nos assentamentos, os recursos naturais são extremamente necessários, pois formam a base socioeconômica, ambiental e cultural, que deve promover a sustentabilidade. Mas, associado a isso, devem estar políticas públicas que viabilizem ações na promoção de subsídios de interesses coletivos, através de investimentos, informações e orientações, que valorizem os recursos naturais para possibilitar bem estar às populações rurais locais.

É necessário que todas as ações investidas na localidade estejam imbuídas de um desejo mútuo, tanto de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida, quanto dos agentes locais investimento dos seus interesses comuns. Essa parceria fará com que ocorra um maior aproveitamento dos recursos de forma sustentável e a promoção de um desenvolvimento local com qualidade ambiental, que é fulcral na manutenção da vida na Amazônia.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. **Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade**. Biodiversidade, pesquisa e desenvolvimento na Amazônia. 1992.
- ALBALADEJO, C e VEIGA, I (orgs). **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. 2000. Vol.1, N 2.
- ALMEIDA, M. P; SOARES, A. C. P. M; LIMA, J. P; SANTOS, M. A. S. **A participação da mulher em organizações sociais rurais na Amazônia: estudo de caso no Arquipélago do Bailique, Estado do Amapá**. 2013.
- ALMEIDA, R. C. **Empresa Natura S.A, comunidades rurais e o uso de recursos naturais na Amazônia: uma análise “do caso pripioca” (*Cyperus articulatus*.) no estado do Pará**. 2013. 208p. Tese de Doutorado em Ciências Agrárias. Curso de Ciências Agrárias da Universidade federal Rural da Amazônia.
- ANDRADE, A. A. X; MOREIRA, D. C; MOURA, R. A. O papel da organização social e ambiental nos assentamentos rurais. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=31&acao=exibir>>. Acessado em: 18 de novembro de 2014.
- ARAÚJO, C. et al. **Estudo de caso**. Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2008.
- ARRUDA, R. **“Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos em unidades de conservação**. Ambiente & Sociedade. Ano 2. Nº 5. 2º Semestre. 1999.
- BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal Sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA. Brasília, Junho 1999a.
- BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. 1999b. Projeto de Cooperação técnica INCRA.
- CASTELLANET, C. et al. Os níveis pertinentes para a pesquisa – ação sobre a gestão dos recursos naturais nas regiões de fronteira: o caso da Transamazônica.
- CORRÊA, A.K.F; PINHEIRO, R.M. **Os PAEs como possibilidade de regularização fundiária e sustentabilidade ambiental em áreas ribeirinhas: o caso da Ilha Campompema (PA)**. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 16, 2010, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anais: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças: Espaço de Diálogos e Práticas, Porto Alegre. p. 1-9, jul.2010.
- CORRÊA, C. E. G.; FRITZKE, W. H.; FENILI, R. **Desenvolvimento Local e inovação: Um olhar para o Município de Schroeder**. Encontro de Economia Catarinense, Florianópolis, Santa Catarina, 2013. p. 3-15.

FAGUNDES, J. P.; ZORZELLA, L. S. A Cooperativa como indutora do (Des)envolvimento Local Sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 6, 2012, São Paulo, **Artigos...** São Paulo: Rede de Pesquisadores em Gestão Social, 2012. p. 4-15.

FERNANDES, T. “**É sempre bom ter o nosso dinheirinho**”: **Sobre a mulher e o extrativismo da mangaba**. 2011. 140 f. Tese (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará, 2002. (Apostila).

FRAGOSO, A. **Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas**. Revista Lusófona de Educação. p. 63-83, 2005.

FREITAS, A. F; FREITAS, A. F; DIAS, M. M. Relatos de experiência: **O uso do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como metodologias de projetos de extensão universitária**. Uberlândia, v.11, n. 2, p. 69-81, jul/dez. 2012.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GUARIM, V. L. **Sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas tradicionais**. In: 3. Simpósio sobre os Recursos Naturais e Socio- econômicos do Pantanal: Os Desafios do novo Milênio, **Resumo**. Corumbá-MS, Nov. 2000.

HARDIN, G. Tragedy of Commons. Science, n.162, p.1243-48, 1968.

IBGE, Google Imagens. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/266G>> Acesso em 28 de outubro de 2014.

IBGE, Sinopse do Censo Demográfico. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br>> Acesso em: 01 de novembro de 2014.

INCRA. Portaria INCRA N°268, de 23 de outubro de 1996. Criar em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista. <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/2397>>. Acesso em: 21 out.2014.

INCRA. Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário. Disponível em: < [http://www.incra.gov.br/images/reforma\\_agraria/projetos\\_e\\_programas/relacao\\_beneficiarios/sr01\\_pa.pdf](http://www.incra.gov.br/images/reforma_agraria/projetos_e_programas/relacao_beneficiarios/sr01_pa.pdf)>. Acesso em: 04/novembro de 2014.

INCRA. Relatório inédito de levantamento da Ilha Setubal, município de Ponta de Pedras. N°119. 2010.

INSTITUTO PEABIRU. Relatório/Diagnóstico Rural Participativo do Projeto de Assentamento Agroextrativista. 2014.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas**. 2002. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5.

MENEZES, A. J. E. A. **Diversificação dos Sistemas de Produção nos Estabelecimentos Agrícolas Familiares no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta e Piranheira, Município de Nova Ipixuna, Pará**. 2007.

MILANI, C. Teoria do Capital Social e Desenvolvimento Social: **Lições a partir da experiência de pintadas (Bahia, Brasil)**. Conferência Regional ISTR – LAC, San José, Costa Rica, V. 6. p. 7-30, outubro, 2003.

MOTA, E. A. D. . O Papel das Organizações no Desenvolvimento Sustentável: um olhar sobre a perspectiva da responsabilidade social. In: X SEDEPE - Seminário de Desenvolvimento da Pesquisa, 2006, Curitiba. **Anais... X SEDEPE - Seminário de Desenvolvimento da Pesquisa**. Curitiba: Universidade do Contestado - UnC, 2006. v. CD-ROM.

NOGUEIRA, M. e FLEISCHER, S. **Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2005, vol. 13 no. 1, p.125-157. ISSN 1413-0580.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. 1994. Belém. Editora CEJUP. 228 p. (coleção Amazoniana;4).

RÜGNITZ, M. T.; SILLS, E.; BAUCH S. C. **Atravessadores de açai (*Euterpe oleracea*): Os dois lados da moeda**. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia- IMAZON. 2007.

SALGADO, M.S. **Desenvolvimento Local no PAE Nossa Senhora do livramento: Abaetetuba-PA**. Trabalho apresentado, VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL Territórios em Movimento: Caminhos e Descaminhos da Gestão Social e Ambiental (2012).

SANTANA, J. U. R. **Agroextrativismo e sustentabilidade: avaliação de indicadores em assentamento rural de Sergipe**. 2012. 148p. Dissertação (Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

SANTANA, J. U. R.; CARVALHO, I. C. A.; GOMES, L. J. **Em busca da sustentabilidade: Mensuração e avaliação da dimensão social em assentamento agroextrativista no Estado de Sergipe**. 2012. Scientia Plena Vol 8, Num 8,11p.

SOUZA, T. R. N. O; MENDES, P.M; OLIVEIRA, A. A. P. **Consumo alimentar e disponibilidade de alimentos dos moradores da Ilha de Cotijuba no Bioma Amazônico**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 10, n. 2, p. 279-288, ago./dez. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório Analítico do território do Marajó, 2012**. Belém, 2012. 79 p.

VEDOVETO, M; BAUCH, S. C. Açáí: O encontro do consumidor com a conservação da Amazônia. In: 8, Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2009, Cuiabá - Mato Grosso. **Resumo...** Cuiabá - Mato Grosso, 2009, p. 17.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático DRP**. Brasília, março, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural** (2001).



<b>Membro da família</b> (colocar nome ou número - link com a anterior)	<b>Certidão de Nascimento</b> 1. Sim 2. Não	<b>RG</b> 1. Sim 2. Não	<b>CPF</b> 1. Sim 2. Não	<b>DAP Física</b> 1. Sim 2. Não	<b>Título de Eleitor</b> 1. Sim 2. Não	<b>Certidão de Reservista</b> 1. Sim 2. Não	<b>CNH</b> 1. Sim 2. Não	<b>Carteira de trabalho</b> 1. Sim 2. Não	<b>Certidão de casamento</b> 1. Sim 2. Não

Existe mais de uma família desenvolvendo atividade produtiva no lote? (caso sim, aplicar um questionário para a outra família).

### 3. MORADIA

<b>Como adquiriu a moradia?</b>	
<input type="checkbox"/> Recursos próprios	
<input type="checkbox"/> INCRA	
<input type="checkbox"/> Outros. Qual?	

### Localização da moradia

<b>Localização</b>	<b>Tipo de moradia</b>	<b>Coordenada Geográfica</b>	<b>Obs: Outros</b>
<input type="checkbox"/> Lote	<input type="checkbox"/> Alvenaria		
<input type="checkbox"/> Agrovila	<input type="checkbox"/> Madeira		
<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Barro/adobe		
	<input type="checkbox"/> Outro		

Obs.: A coordenada geográfica deve ser coletada em um dos vértices da frente da moradia da família assentada.

### 4. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL

#### Quem participa?

<b>Membros da Família</b> (nome ou número)	<b>Tipo (descreva o nome da organização)</b> 1. Associação 2. Cooperativa 3. Grupo de Mulheres 4. Grupo de Jovens 5. Outras 6. Não participa	<b>5. Outras</b> (identifique qual organização)	<b>Localização</b> 1. No assentamento 2. Fora do assentamento 3. Não se aplica

## 5. ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS

## Saúde

Membros da Família (nome ou números)	Cartão do SUS 1. Sim 2. Não	Identificação de Doenças	Local de Atendimento 1. Em casa (saúde da família- Agente Comunitário de Saúde) 2. Posto de saúde no assentamento 3. Posto de saúde fora do assentamento 4. Hospital 5. Outros.	Qual local mais comum de atendimento fora do assentamento?

## Educação

Membros da Família	Estuda 1. Sim 2. Não	Série a) Não alfabetizado/nunca estudou b) 1º ano c) 2º ano d) 3º ano e) 4º ano f) 5º ano g) 6º ano h) 7º ano i) 8º ano j) 9º ano l) EJA m) Ensino fundamental completo n) Ensino fundamental incompleto o) Ensino médio completo p) Ensino médio incompleto q) Superior incompleto r) superior completo	Merenda Escolar 1. Sim 2. Não 3. Nem sempre	Local 1. No assentamento 2. Fora do assentamento 3. Não se aplica

**Transporte**

Membros da Família	Moto 1. Sim 2. Não	Carro 1. Sim 2. Não	Transporte Coletivo 1. Sim 2. Não	Bicicleta 1. Sim 2. Não	Tração Animal 1. Sim 2. Não	Embarcação		Outros 1. Sim 2. Não
						1. Sim 2. Não	Qual?	

Para outros. Qual?	
--------------------	--

**6. ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS****Políticas Públicas Sociais**

Membros da Família	Bolsa Família 1. Sim 2. Não	Minha Casa Minha Vida Rural	Bolsa Verde 1. Sim 2. Não	BPC 1. Sim 2. Não	Aprosentadoria 1. Sim 2. Não	Seguro Defeso 1. Sim 2. Não

**7. RECURSOS HÍDRICOS****Disponibilidade de água**

Tem água no lote?	Qual a fonte de água?	Destino da Água (uso atual)	Faz tratamento da água para consumo?	
Inverno <input type="checkbox"/> Fora do lote <input type="checkbox"/> Dentro do lote	<input type="checkbox"/> Poço Raso/Cacimba <input type="checkbox"/> Poço artesiano <input type="checkbox"/> Rio/igarapé	<input type="checkbox"/> Consumo humano <input type="checkbox"/> Consumo animal <input type="checkbox"/> Irrigação	<input type="checkbox"/> hipoclorito <input type="checkbox"/> ferve a água <input type="checkbox"/> Outro Tratamento	Se marcou (outro tratamento) descreva qual.
Verão <input type="checkbox"/> Fora do lote <input type="checkbox"/> Dentro do lote	<input type="checkbox"/> Não tem água <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Psicultura <input type="checkbox"/> Outros. Qual? _____.	<input type="checkbox"/> Não faz tratamento	

## 8. ENERGIA

Quadro resumo da disponibilidade de energia		
Energia Elétrica	Qual??	Destino da Energia (Uso Atual)
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Grupo Gerador comunitário	<input type="checkbox"/> Consumo Humano
<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Grupo Gerador individual	<input type="checkbox"/> Consumo Animal
		<input type="checkbox"/> Irrigação
		<input type="checkbox"/> Outros

## 9. ROTINAS DIÁRIAS

## Rotina de Trabalho do Homem

Período do Ano	Meses	Nome (ou número)	Horário		Produto	Atividade	Tempo por atividade
			Manhã	Tarde			
Verão							
Inverno							

## Rotina de Trabalho da Mulher

Período do Ano	Meses	Nome (ou número)	Horário		Produto	Atividade	Tempo por atividade
			Manhã	Tarde			
Verão							
Inverno							

## Rotina de Trabalho dos Filhos

Período do Ano	Nome (ou número)	Horário		Produto	Atividade	Tempo por atividade
		Manhã	Tarde			
Verão						
Inverno						

## 10. ATIVIDADES AGRÍCOLAS, EXTRATIVISTAS E COMERCIALIZAÇÃO

## ATIVIDADE DO EXTRATIVISMO

Período do Ano	Membro da Família Nome ou número	PRODUTO	Auto-consumo	Comercialização
			1. sim 2. Não	1. PAA 2. PNAE 3. PGPMBio 4. Atravessador 5. Outros
Verão				
Inverno				

**ATIVIDADES AGRÍCOLAS**

Período do Ano	Membros	Membro da Família Nome ou número	PRODUTO	Auto-consumo	Comercialização
				1. sim 2. Não	1. PAA 2. PNAE 3. PGPMBio 4. Atravessador 5. Outros
Verão					
Inverno					

**11. PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO****Distribuição da produção do Lote**

Produto	Unidade	Área (ha)	Quantidade Produzida e/ou Pescada - por ano	Autoconsumo (quant.)	PAA (quant.)	PNAE (quant.)	Atravessador	Mercado Privado
<b>Total geral</b>								

**12. OUTRAS FONTES DE RENDA NÃO AGRÍCOLAS**

Membros da Família - Nome ou Número	Atividades	Renda média (R\$)


### 13. CÁLCULO DO CONSUMO FAMILIAR MENSAL (receitas despesas/expectativas e anseios da família)

#### I. Despesas atuais

Consumo	*P	** C	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Alimentação						
Educação						
Saúde						
Vestuário						
Energia						
Lazer						
Higiene						
Outros						
TOTAL						

\*P= produzido \*\* C comprado

#### II. RENDA SATISFATÓRIA (quanto de dinheiro precisaria para viver melhor?)

Consumo	*P	** C	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Alimentação						
Educação						
Saúde						
Vestuário						
Energia						
Lazer						

Higiene						
Outros						
TOTAL						

\*P= produzido \*\* C comprado

**Obs.: Na elaboração do Projeto de Estruturação Produtiva Familiar é importante atentar para a seguinte questão:**

*Que atividades poderão ser desenvolvidas ou trabalhadas de melhor forma, para gerara renda satisfatória para que a família possa viver melhor*

#### 14. ACESSO A CRÉDITO

##### Crédito

Especificação	Valor Total (R\$)	Ano da concessão	Situação
<b>CREDITOS DO INCRA</b>			
Apoio Inicial			
Apoio Mulher			
Aquisição de Materiais de Construção			
Recuperação/Materiais de Construção			
Reabilitação de Crédito de Produção			
<b>Total</b>			
<b>PRONAF</b>			
Pronaf A (investimento)			
Pronaf A/C (custeio)			
Pronaf B			
Pronaf Agricultura Familiar			
Pronaf Mais Alimentos			
Pronaf C			
Pronaf D			
<b>Total</b>			
<b>OUTROS</b>			
<b>Total</b>			
<b>Total Geral</b>			

#### 15. SITUAÇÃO AMBIENTAL (Áreas com Restrição Legal)

Área com Reserva Legal (ARL) do Assentamento	Área com Reserva Legal (ARL) Requerida na Lei (ha)	Área com Reserva Legal (ARL) Preservada* (ha)	Coordenada Geográfica
( ) Individual			
( ) Coletiva			

\*Tamanho da ARL e/ou Manejada de acordo com o Código Florestal (Lei 12.651/2012)

Área de Preservação Permanente - APP (Tipos)*	Coordenada Geográfica
( ) faixas marginais de curso d'água (rios)	
( ) entorno dos lagos e lagoas naturais	
( ) entorno dos reservatórios d'água artificiais	
( ) entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes	

*\*Definição de APP de acordo com o Código Florestal (Lei 12.651/2012)*

<b>Você sabe o que é Cadastro Ambiental Rural?</b>	Sim ( )	Não ( )
<b>Você tem o cadastro?</b>	Sim ( )	Não ( )

<b>Qual o destino do seu lixo?</b>
Queima ( )
Enterra no terreiro ( )
Há coleta frequente pelo poder público ( )
Outros:

<b>Com relação ao baneiro da casa</b>
Debtro de casa ( )      Fora de Casa ( )
Fossa Séptica ( )      Fossa negra ( )
Outros: